

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A CULTURA DOS CAMPONESES SEM TERRA E A ORGANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS**

SENIRA BELEDELLI

ORIENTADORA: PROFa. DRa. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A CULTURA DOS CAMPONESES SEM TERRA E A ORGANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS**

SENIRA BELEDELLI

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora: Prof. Dr. Álvaro L. Heidrich – UFRGS

Prof. Dr. Arioaldo U. Oliveira - USP

Prof. Dr. Luis Fernando M. Fontoura - UFRGS

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Geografia**

Porto Alegre, agosto de 2005.

Beledelli, Senira

A Cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos. / Senira Beledelli - Porto Alegre : UFRGS, 2005.

[137 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2005.

1. Geografia. 2. Territorialidade. 3. Assentamento. 4. Camponeses. 5. Movimento Social. I. Título.

CDU 911.3:63

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

DEDICATÓRIA

Ao meu filho *Ramoim*, que continua a me ensinar e a me desafiar todos os dias a cuidar do saber em benefício da humanidade. Seus questionamentos e atitudes diante da vida são exemplos para acreditarmos num mundo mais justo. Minha eterna gratidão e profundo amor.

A minha querida e amada mãe *Tereza*, que me ensinou a nunca desistir, a sempre olhar para frente, exemplo de guerreira. Meu coração está com você. Ao meu pai *Severino*, agradeço por me desafiar a enfrentar o mundo do trabalho com tanta dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao Universo Cósmico, que nos permite viver num espaço e num planeta terra e que nos ensina e nos desafia a cuidar com muito amor de todas as suas criaturas, para que juntos busquemos o equilíbrio deste Universo, tão grande é tão belo.

A minha família, que soube compreender este momento de minha vida; por todas as ajudas, especialmente as minhas duas irmãs amadas, Sílvia e Salete, obrigada por sempre me oferecer seu colo.

Ao Marco Antonio, meu companheiro, que entrou em minha vida durante o mestrado, obrigada por me ouvir e me apoiar e pelo incentivo nos momentos mais difíceis; você tem meu amor. Aqui esta uma parte de nosso sonho. Victória, enteada e nova filha, agradeço por ter compreendido muitas vezes a minha falta de tempo para você.

A todos os amigos e amigas, que me ouviram, me incentivaram a seguir e conquistar este momento, com certeza a presença de vocês em minha vida foi fundamental e continuará sendo. Sou eternamente grata.

A todas as minhas irmãs de caminhada da Tenda do Círculo Feminino de Cura, obrigada por acreditarem em mim e compreenderem os meus momentos de angústia. Heloiza, obrigada pela luz e pelo seu exemplo nas decisões.

À grande e amada lutadora *família Sem Terra*, que me acolhe e me ensinou a aprender em todos os instantes em que estivemos juntos. A todas as famílias do Assentamento Trinta de Maio e Dezenove de Setembro, pela acolhida muito generosa e dedicação de tempo para que eu realizasse a pesquisa. São exemplos de garra, determinação e firmeza na conquista de um mundo justo e solidário.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade que tive de buscar o conhecimento e compartilhar muitos saberes com todos os colegas e professores da Universidade. Também agradeço pelo privilégio de estudar em uma Universidade Pública de qualidade, já que neste país são poucas as pessoas que têm acesso ao ensino superior gratuito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido através de Bolsa de estudos.

A minha orientadora, Professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, que compartilhou comigo todos estes momentos do período do mestrado, pelo incentivo, apoio, por ser interlocutora do meu trabalho mostrando sempre o caminho a trilhar, e também por lutar e compreender a questão da Reforma Agrária. A você minha gratidão e amizade.

Ao Professor Dr. Nelson Rego, por me incentivar na escrita de artigos e suas publicações, sempre reconhecendo as capacidades que cada um tem. Ao Professor Dr. Álvaro Heidrich, por me ouvir e acreditar na superação dos meus limites, pelo seu exemplo de disciplina intelectual aplicada ao cotidiano, e pelo apoio na participação dos eventos da Universidade.

À secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia, Sra. Zélia Zaghetto, por se dispor a fazer a revisão dos originais, e também por sempre nos acolher nas questões de encaminhamentos legais junto ao curso.

Especialmente, ao amigo de todas as horas que conheci no dia 28/03/2001, quando cursei uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Geografia como aluna especial: a você, Jaime Fogaça, obrigada por sempre dialogar o caminho a seguir, fazer os questionamentos necessários e, às vezes, doloridos e também por me ouvir. Minha verdadeira amizade sempre.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE FOTOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
1 O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DO MST	20
2 ASSENTAMENTOS: COMPREENDENDO SUA HISTÓRIA	34
2.1 Compreendendo o porquê da pesquisa	34
2.2 Localizando e conhecendo os Assentamentos	42
3 APROFUNDANDO CONCEITOS	50
3.1 Contribuição com alguns teóricos	50
3.2 O significado de um assentamento do MST	68
4 ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E A INTERFERÊNCIA CULTURAL: O CASO DOS ASSENTAMENTOS TRINTA DE MAIO E DEZENOVE DE SETEMBRO	78
4.1 Cultura, organização e identidade dos assentamentos	78

4.2 Convívio no assentamento	88
4.3 A cultura na organização da produção	96
4.4 A cultura na organização do trabalho	107
4.5 A cultura e o lazer	111
4.6 A nova organização da paisagem	116
4.7 A influência da vida urbana nos assentamentos	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS – DESAFIOS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS	138

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DO BRASIL: ESTADOS BRASILEIROS COM TERRITÓRIO DEMARCADO PELOS ASSENTAMENTOS	30
FIGURA 2 – MAPA DO RS: OS MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS	33
FIGURA 3 – MAPA DOS ASSENTAMENTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE	43
FIGURA 4 – MAPA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO – MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS.	45

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO - ALGUNS ASPECTOS DA INFRA-ESTRUTURA: SALA DE ORDENHA	101
FOTO 2 – ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO - ALGUNS ASPECTOS DA INFRA-ESTRUTURA: SILO.	101
FOTO 3 – PRODUÇÃO DA HORTA, COPAC. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).	108
FOTO 4 – PRODUÇÃO DE ARROZ, HORTA, AÇUDES. (ASSENTAMENTO DEZENOVE DE SETEMBRO).	111
FOTO 5 – CENTRO COMUNITÁRIO.(ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).	113
FOTO 6 – ESCOLA (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO)	113
FOTO 7 – ESPAÇO DA AGROVILA, COPAC. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO)	117
FOTO 8 – DIFERENTES REALIDADES NO ASPECTO MORADIA (ASSENTAMENTO DEZENOVE DE SETEMBRO).	118
FOTO 9 – ASPECTO DA PAISAGEM DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO	120
FOTO 10. ESTUDANTES E MORADORES NA PARADA DE ÔNIBUS PARA DESLOCAMENTO ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DECHARQUEADAS.(ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).	125
FOTO 11. SUPERMERCADO DA COOPERATIVA – COPAC, (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO – SEDE DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS)	127

LISTA DE ABREVIATURAS

Plano Nacional de Reforma Agrária	I PNRA
União Democrática Ruralista	UDR
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação	FAO
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST
Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul	COCEARGS
Cooperativa de Produção Agropecuária de Charqueadas	COPAC
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	IPE
II Plano Nacional de Reforma Agrária	II PNRA

RESUMO

A presente pesquisa desenvolve uma abordagem sobre a interferência cultural dos camponeses Sem Terra no momento de organizar o seu novo espaço: o Assentamento de Reforma Agrária. Nesse caso, o Assentamento Trinta de Maio, localizado no município de Charqueadas, e o Assentamento Dezenove de Setembro, localizado no município de Guaíba, região da Grande Porto Alegre, ambos no RS. As famílias assentadas passam por um processo de reconhecimento desta nova área de terra e através dele vão construindo o seu mais novo território, o Assentamento. Ao desencadearem este processo, vivem momentos de conflitos internos na dimensão do que já conheciam em suas vidas, ou seja, a sua raiz histórica e o que se apresenta de novo diante deste lugar. O lugar chamado de Assentamento é totalmente desconhecido, porque essas famílias viviam em outras regiões com produção agrícola, culturas, modo de vida, clima e solo diferentes. Essa nova realidade entra em choque com a cultura que até então possuíam. Nesse momento, precisam adquirir novos conhecimentos tanto sobre a região que passam a ocupar, como também sobre as diferentes famílias que compartilharão esse mesmo assentamento. Os desafios surgem diante desse espaço que precisam organizar para sobreviver e também construir uma reforma agrária conjuntamente com sua organização social que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses desafios, ou seja, a nova região geográfica, o conhecimento dos costumes das famílias, a política de organização dos assentamentos construída pelo MST, entram, muitas vezes, em contradição com o que cada família individualmente sonhava no momento de conquista de seu pedaço de chão. Essa será a grande temática de estudo nessa pesquisa.

Palavras-chave: Território, territorialização, identidade, cultura, espaço, assentamento, camponeses, famílias sem terra, movimento social.

ABSTRACT

This work undertakes a study of the cultural interference on Brazilian landless rural workers, known as Sem Terra, at the time of organizing their new space, the Land Reform Settlement. In this case, the Trinta de Maio Settlement, found in the municipality of Charqueadas and the Dezenove de Setembro Settlement, localized in the Guaíba municipality, both municipalities pertaining to the Greater Metropolitan Area of Porto Alegre. The settled families go through a process of recognizing their new land, building their new territory, thus, the Settlement. At undertaking this process, these people experience personal conflicts, the dimension being what knowledge they have acquired during their lives, in other words, their historical roots and what such a new place represents. Contrasting with all their knowledge, the Settlement is totally unknown to these new owners. These people come from different cultures, production regions, climates and soils. This reality demands knowing the new region. The challenge comes from facing these new spaces, which need to be organized to ensure survival, in this way, building the agrarian reform, with its social organization - the landless rural workers movement known as Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). The challenges of a new geographic region come from the melting pot of family customs where frequently, the individual family dreamt expectations, winning their own piece of land, contradict with MST built settlement organization policies.

Keywords: territory, territorialization, identity, culture, space, settlements, rural workers, Sem Terra, social movements

INTRODUÇÃO

Colocar em pesquisa e estudo o tema da reforma agrária no Brasil tem sido um dos grandes desafios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de todas as organizações, instituições, enfim de todos os que apóiam a reforma agrária, mesmo já passados vinte e um anos desde a oficialização do movimento como tal. Mas esta questão continua tão polêmica que, embora este país já tenha quinhentos e cinco anos de história, o assunto permanece sendo mais atual do que em outros momentos.

Podemos dizer que no Brasil, até o momento, existe um processo de implementação de Assentamentos e não de Reforma Agrária, justa e digna para os trabalhadores do campo ou para os que foram excluídos do campo brasileiro. Os estudos até agora realizados demonstram que a pequena propriedade gera mais alimento e emprego, beneficiando, assim, a população do campo e da cidade. Mas parece que os detentores do poder da economia do latifúndio não querem realizar a reforma agrária, porque os privilégios de uma pequena minoria com certeza não existiriam mais.

O Movimento Sem Terra vem estruturando neste país assentamentos de reforma agrária, onde já produzem muita alimentação para o povo brasileiro, e estabelecendo

relações internacionais com outros países, mostrando a viabilidade social, política, econômica, cultural destes assentamentos. Também aglutinando forças com a sociedade para a realização plena da reforma agrária.

A pesquisa realizada nos assentamentos me permitiu estudar, aprofundar questões muito amplas no que se refere ao tema da cultura e sua relação com esse espaço geográfico. Coloquei como centralidade no processo da pesquisa a interferência cultural dos camponeses na organização do espaço dos assentamentos de reforma agrária do MST. O Assentamento Dezenove de Setembro, no município de Guaíba, e o Assentamento Trinta de Maio, no município de Charqueadas, na região da Grande Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), foram os escolhidos para o estudo de caso.

Ao desenvolver o trabalho, no primeiro capítulo, fiz uma sucinta introdução sobre a história da luta pela terra no Brasil, desde os anos de 1500, a primeira divisão de terras no Brasil, as sesmarias, a lei de terras, o Estatuto da Terra, os movimentos que foram criados ao longo desta história em defesa dos trabalhadores do campo. Também como aconteceu o surgimento do MST no Brasil e, mais especificamente, no RS, por ser o Estado onde desenvolvi a pesquisa. A situação atual na concentração do latifúndio também está analisada.

No segundo capítulo, discorro sobre o processo metodológico da pesquisa de campo nos assentamentos, que consistiu, em um primeiro momento, na identificação das famílias, no conhecimento das áreas e em uma prévia familiarização com o ambiente a ser pesquisado. Em um segundo momento, realizei todo o processo das entrevistas, o que me permitiu uma oportunidade maior de estada nos assentamentos para conhecer mais

profundamente o espaço dos mesmos e também estabelecer um vínculo mais forte com as comunidades. Nesse contexto, a experiência foi ímpar.

Também, no segundo capítulo, apresento a localização dos assentamentos, quem são as famílias que ali vivem, a região de onde procedem, o vínculo com suas etnias, seu contexto político-social, econômico e familiar.

Ao desenvolver o terceiro capítulo, procuro o embasamento teórico das questões a serem trabalhadas na pesquisa no que se referem ao campo da Geografia, ou seja, o espaço, o território, a territorialidade, a identidade, a cultura, a paisagem.

Ao abordar a questão do espaço, desenvolvo a relação existente entre a ação do ser humano no mesmo e como estas transformações vão acontecendo no âmbito dos assentamentos do MST e as decorrentes modificações das paisagens. A ação dos sujeitos neste espaço, que aos poucos vai sendo territorializado, vai contrapondo um modelo já institucionalizado pela sociedade capitalista que tem como objetivo o uso do espaço para definir territórios de poder e exploração.

A cultura que cada camponês traz para o elemento assentamento é algo que vem de gerações e que, neste momento, se entrecruza com outras culturas e também com propostas de uma nova concepção de vida e costumes, jeitos que vão aparecendo diante deste desafio que é o de constituir um território na concepção de um movimento social.

No terceiro capítulo, também desenvolvo a dimensão do que é um assentamento de Reforma Agrária, tanto a partir de abordagens teóricas na concepção do

MST, como da perspectiva das famílias assentadas e do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Entretanto, foram várias as contribuições teóricas que me fizeram embasar as questões da pesquisa e explicitar principalmente o que as famílias assentadas pensam e buscam construir neste período que estão vivendo e como pretendem deixar a terra que receberam para os descendentes.

Ao desenvolver o quarto capítulo, que considero o mais importante da pesquisa, uma vez que nele são analisadas as entrevistas com os elementos teóricos do capítulo anterior, sob a perspectiva de como os camponeses organizam o espaço geográfico do assentamento, o seu cotidiano a partir do que eles consideram importante para as suas vidas, os seus costumes, as suas tradições e a proposta que o MST desenvolve dentro dos assentamentos.

Nesse mesmo sentido, também procuro perceber como acontece a interferência cultural no momento em que os camponeses sem terra desenvolvem a prática da agricultura, a relação dela com o mercado, o sistema de trabalho cooperativo ou, de uma forma individual, a família em seu lote. São momentos que expressam sua vida em um assentamento. Como o conjunto do assentamento trabalha a nova realidade que os jovens enfrentam, entre a dicotomia do mundo urbano e a realidade do campo. Qual o lazer que o conjunto das famílias tem oportunidade de participar e como este trabalha numa dinâmica de conseguir estabelecer os limites da cultura capitalista imposta por tal sistema.

Nesse capítulo, também foi possível fazer a análise do convívio das famílias que vêm de realidades próprias, com inúmeras histórias de vida possibilitadas pela procedência de regiões diferentes e que se encontram por acreditarem em um movimento social que os faz ir em busca de seu sonho que é a propriedade de sua terra. Conquistado o assentamento, se desafiaram em trabalhar de maneira totalmente coletiva, experienciando os seus desejos e colocando-os na prática de suas vidas.

Ao finalizar o trabalho de análise, abordo alguns desafios tanto para os assentamentos quanto para o conjunto do MST e para todos/as que apóiam a construção da reforma agrária, para que juntos possamos tecer um novo território brasileiro onde as injustiças sociais deixem de existir.

1 O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DO MST

O processo histórico na constituição do território brasileiro demonstra uma realidade de disputa e conquista da terra, gerando uma divisão territorial na maioria de suas áreas em latifúndio. A partir dessas considerações, farei um breve histórico dessa realidade que culminou com o surgimento, a formação e a constituição do MST.

A luta pela terra na história brasileira iniciou com a chegada dos portugueses em 1500. Até 1532, o território serviu de escalas para as embarcações portuguesas rumo às Índias e os donos das terras que aqui estavam não imaginavam o que estaria por vir.

Em seguida, o território brasileiro sofre a primeira apropriação, sendo dividido em capitanias hereditárias, entregues em concessão a nobres portugueses – os donatários – com a condição de que as explorassem e pagassem impostos à Coroa Portuguesa. Essa organização espacial perdurou até 1822.

As capitanias hereditárias eram grandes porções de terra cuja extensão variava entre 150 a 600 Km de largura, desde a linha imaginária de Tordesilhas até o litoral brasileiro. Cabia aos donatários governar suas capitanias em nome da coroa, propagando a fé católica, devendo povoá-las e explorá-las com recursos próprios. Em contrapartida, eles teriam diversos

direitos, entre os quais aprisionar índios, e estariam livres de pagar tributos sobre a venda de pau-brasil e de escravos. Poderiam entregar parcelas de terras – as sesmarias – a pessoas que quisessem produzir nelas.

A configuração geográfica apresentada nesse contexto fez com que as capitânicas hereditárias não fossem povoadas e não alcançassem o objetivo que a Coroa Portuguesa havia traçado. Assim, os donos das sesmarias foram se tornando os proprietários dos engenhos e os grandes produtores de cana-de-açúcar.

Na época, assim era definido o que seriam as sesmarias:

Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casais, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhores, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados de sesmarias pelos sesmeiros, que para isto forem ordenados. (ALMEIDA, 1870, p. 822).

O sesmeiro tinha o direito de posse, mas o rei, lá em Portugal, ficava com o domínio. A terra não era propriedade do sesmeiro. Se ele não a usasse para produzir num determinado prazo, muitas vezes de dois anos, teria de repassá-la a outra pessoa. Estavam impedidos de receber sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim, os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus não podiam ter terra no Brasil. Neste contexto histórico inicia os que possuíam as terras e os que trabalhavam, a exploração escrava começa e perdura até os dias de hoje.

Entretanto essa realidade nem sempre aconteceu, pois as terras foram sendo doadas aos donatários que, dessa forma, adquiriam a sua posse.

As autoridades coloniais, entretanto, no afã de ocupar o imenso território, desprezaram na prática essas recomendações. As áreas concedidas nessa época eram imensas e constituíam verdadeiras donatárias, mesmo que não o fossem juridicamente. Doações foram feitas de quatro, cinco, dez e vinte léguas quadradas. (SILVA, 1996, p.42).

Nessa prática, aos poucos vai acontecendo a apropriação de áreas de terras, constituindo um território cuja propriedade era resguardada pelo direito a coroa portuguesa, mas que na realidade muitos sesmeiros mais tarde se tornaram os legítimos donos das terras.

Outro momento que demarca a presença do latifúndio no Brasil ocorreu em 18 de setembro de 1850, com a criação da Lei de Terras n.º 601, tendo como principais pontos a imigração e a regulamentação da propriedade da terra. Isso foi devido ao fato de, em 1822, as terras já estarem todas ocupadas pelos latifúndios e os donos não permitirem o estabelecimento de lavradores nas suas terras, a não ser como seus dependentes. A situação criada fez com os lavradores se tornassem posseiros de pequenas porções de terras.

Sendo assim, o objetivo maior da Lei de Terras era a demarcação das terras devolutas. Para alcançar esse objetivo, três medidas precisavam ser implementadas ao mesmo tempo: a legitimação da posse e revalidação das sesmarias (o que implicaria sua medição e demarcação), a elaboração de um cadastro de terras, e a proibição de novos títulos de posse, posteriormente a 1854.

Nesse momento histórico de ocupação do território, também acontecia, simultaneamente, forte pressão para a libertação dos escravos. Preocupada com os rumos dos acontecimentos e querendo impedir que posseiros, pequenos lavradores e ex-escravos se tornassem proprietários de terras e constituíssem a mão-de-obra assalariada para o latifúndio, a Coroa Portuguesa cria leis para regularizar essa situação.

A Lei de Terras estava, portanto, destinada a desempenhar um papel de fundamental importância na colocação em prática da concepção Saquarema, que era a concepção, dominante no governo imperial, do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. (SILVA, 1996, p. 129).

A lei define também que quem comprasse as terras teria que legalizá-las em cartório, efetuando o pagamento de taxas à Coroa; nesse contexto, só teria condições quem já fosse proprietário. A Lei de Terras, por conseguinte, uniu o capital com a propriedade da terra, uma vez que o direito de acesso a terra pertencia àqueles que possuíam dinheiro, tornando-se uma mercadoria. Ela garantiu a propriedade àqueles que já dispunham de terras e de capital.

O latifúndio perdurou durante os governos do Império e nos primeiros anos da República. Alguns projetos de colonização aconteceram, mas pouco significativos. O Brasil continuou um país essencialmente agrícola, a grande maioria da população no meio rural trabalhando em sistemas de parcerias, colonato e meação.

Nesse período, no Brasil, aconteceram algumas lutas ou pequenos movimentos pela terra que tinham caráter diferenciado, como por exemplo: Canudos, no sertão da Bahia, Contestado, em Santa Catarina, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, Máster, entre outras.

Dos governos republicanos que antecederam a Ditadura Militar de 1964, foi João Goulart (Jango) que, nas reformas de base, resolveu colocar como principal meta a reforma agrária. Esse plano previa desapropriações de 10 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O objetivo era tomar terras improdutivas que eram dos latifundiários e que nunca haviam produzido. Mas estas reformas não aconteceram, porque os militares tomaram

o poder em 31 de março de 1964. Na realidade mais uma vez a questão da terra no Brasil ficou somente escrita no papel.

Em novembro de 1964, o Presidente Marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, que foi denominada Estatuto da Terra. Ela vinha em resposta à necessidade de distribuição de terras como forma de evitar novas revoluções sociais. Tratava também dos conceitos de propriedade da terra, estabelecendo que uma propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família seria considerada minifúndio.

Na verdade, o Estatuto da Terra jamais foi implantado em sua íntegra no país, tornando-se apenas um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Aconteceram alguns assentamentos e projetos de colonização, porém o que ficou marcado, na verdade, foi o processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, beneficiando grandes empresas na área da agricultura.

O Estatuto da Terra aparecia como querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio; a política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais.

A modernização tecnológica da agricultura não significou a eliminação de formas tradicionais de relações de trabalho. O desprezo aos direitos trabalhistas chegou a ponto de provocar o ressurgimento do trabalho escravo no campo.

Os grandes projetos agropecuários e minerais na Amazônia representaram grande destruição ao meio ambiente. Foram intensos e rápidos desmatamentos, com a utilização, inclusive, de desfolhantes químicos. Nesse processo, saíram prejudicados vários segmentos do campo: os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os seringueiros e os castanheiros. Isso sem contar a interferência no modo de vida dos povos indígenas.

As regiões centro-oeste e sul do Brasil, nesse período, deram início ao plantio do que viria a ser a grande produção de soja, que no seu período de vigência acabou expulsando do campo o pequeno proprietário de terra e concentrando o latifúndio.

Durante o governo do Presidente José Sarney, em 1985, que assume o poder em virtude de o Presidente Tancredo Neves – eleito, mas de forma indireta – ter falecido, propõe o Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que tinha como objetivos dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária. Entretanto, durante a sua tramitação no Congresso Nacional, sob pressão dos ruralistas, o Plano foi modificado e, mais uma vez, as oligarquias rurais conseguiram impedir o avanço da reforma agrária. Nesse ano de 1985, também foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), expressão de toda uma organização dos grandes proprietários contra o Plano de Reforma Agrária. Para impedir a realização da reforma agrária projetada, eles pressionavam o Congresso Nacional, onde, naturalmente, possuíam diversos representantes. A penetração da UDR entre os latifundiários e também entre os pequenos e médios proprietários rurais foi imediata.

A própria UDR pregava, na época, por todo o território brasileiro, que as desapropriações de terras previstas incluíam propriedades produtivas, qualquer que fosse seu

tamanho. Isso desencadeou um clima de oposição à reforma agrária que, por fim, levou a desconfiguração do Plano, que foi, ainda assim, abandonado somente no ano seguinte.

Nesse processo histórico de organização do espaço do território brasileiro, muitos governos exerceram o poder, mas essa dívida social com os trabalhadores do campo, ainda permanece. São muitos camponeses vivendo no campo em situação de miséria, sem contabilizar os que vivem nessa mesma realidade nas periferias das grandes e pequenas cidades, que migraram do campo deste Brasil.

De acordo com o censo agropecuário de 1995-1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de área ocupada por imóveis rurais no Brasil era de 353 milhões de hectares e estava dividido em 4,8 milhões de propriedades. Desses, 2,4 milhões tinham menos de 10 hectares, representavam 49% do total e ocupavam 2,2% da área. As propriedades com mais de um mil hectares eram 49 mil, representavam 1% do total e ocupavam 45% da área. O contraste entre as menores e as maiores propriedades é assombroso.

O Brasil é, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o segundo colocado no mundo em concentração de terra, ficando atrás somente do Paraguai. Números que impressionam: pouco mais de 2 mil latifúndios ocupam 56 milhões de hectares, tamanho que corresponde a duas vezes e meia o Estado de São Paulo¹. Dessa área, grande parte é improdutiva, estando reservada à especulação imobiliária de seus proprietários e/ou grileiros.

¹ FAO – Relatório sobre a situação sócio-econômica dos assentamentos. Brasília, 1993.

Tais números mostram uma verdade: existe muita terra ociosa no Brasil, enquanto milhões de famílias sem-terra² estão no aguardo de uma solução, por parte do governo, para suas vidas. Em nosso país, ao contrário do que diz a Constituição de 1988 sobre a função social da terra, se mantém o latifúndio sem produzir.

Nesse contexto histórico, sempre houve aqueles que resistiram contra esse modelo capitalista de exploração dos trabalhadores, constituindo os movimentos de luta pela terra, as organizações sociais em defesa das populações que vivem no campo. Com isso, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, nasce um movimento social organizado que se fortalece até hoje em todo o Brasil: é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra tomaram como prioridade a sua defesa pela vida e a sua reconstrução como cidadãos. Em pleno final do período da ditadura militar, fizeram nascer pelas próprias mãos este Movimento Social, cujo processo envolve desde ocupação de latifúndios em várias regiões do Brasil, momentos de despejo das áreas ocupadas feitos pela polícia e exército, até morte e prisão desses trabalhadores; enfim, muitas violações de direitos humanos aconteceram nesta luta. Passaram-se 21 anos desde a criação do MST.

Foram vidas inteiras dedicadas exclusivamente à causa da Reforma Agrária. O MST é apenas a continuação da história de luta e resistência dos que vivenciaram essa

² Uso o verbete “sem-terra”, minúsculo e separado com hífen, para designar os sujeitos que não possuem terra. O dicionário Luft, edição 1998, inclui esse verbete com a seguinte definição: “substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho” (p. 601).

realidade antes do Movimento. Com o passar dos anos, percebe-se que sem reforma agrária não haverá democracia, igualdade e justiça social.

Conforme Fernandes (1996, p.242) “a fração do território é conquistada na espacialização da luta”. A partir do processo de espacialização da luta pela terra, o MST se territorializou e, hoje, está organizado em vinte e três estados brasileiros, devolvendo a dignidade humana, o ser respeitado como cidadão e construindo uma identidade coletiva de ser Sem Terra³ dessa organização social. As pessoas aprenderam que a terra não se ganha; a terra e a vida são conquistas conjuntas.

O MST que surge tendo como principal objetivo a reforma agrária no Brasil tem demonstrado a sua estruturação, territorialização e espacialização, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas, das quais cerca de 350 mil famílias já foram assentadas e outras 100 mil vivem em 500 acampamentos distribuídos em todo o território brasileiro.

Respeitamos o meio ambiente, a terra – nossa mãe, somos os guardiões da semente, por ser um patrimônio da humanidade, não queremos os transgênicos, são venenos. Brindamos cada gesto novo, cada palmo de terra semeada e vencemos pela simples decisão de continuar lutando até a realização do sonho coletivo. É tempo de ocupar os latifúndios, resistir e organizar a convivência na terra conquistada e produzir uma nova cultura, novos valores, alimentos da consciência e do estômago. (AGENDA MST, 2004, [p.121].)

Essa organização que é o MST desdobra seu grande objetivo, a reforma agrária, em outros para garantir sua viabilização:

- Garantir trabalho para todos, combinando com distribuição de renda;

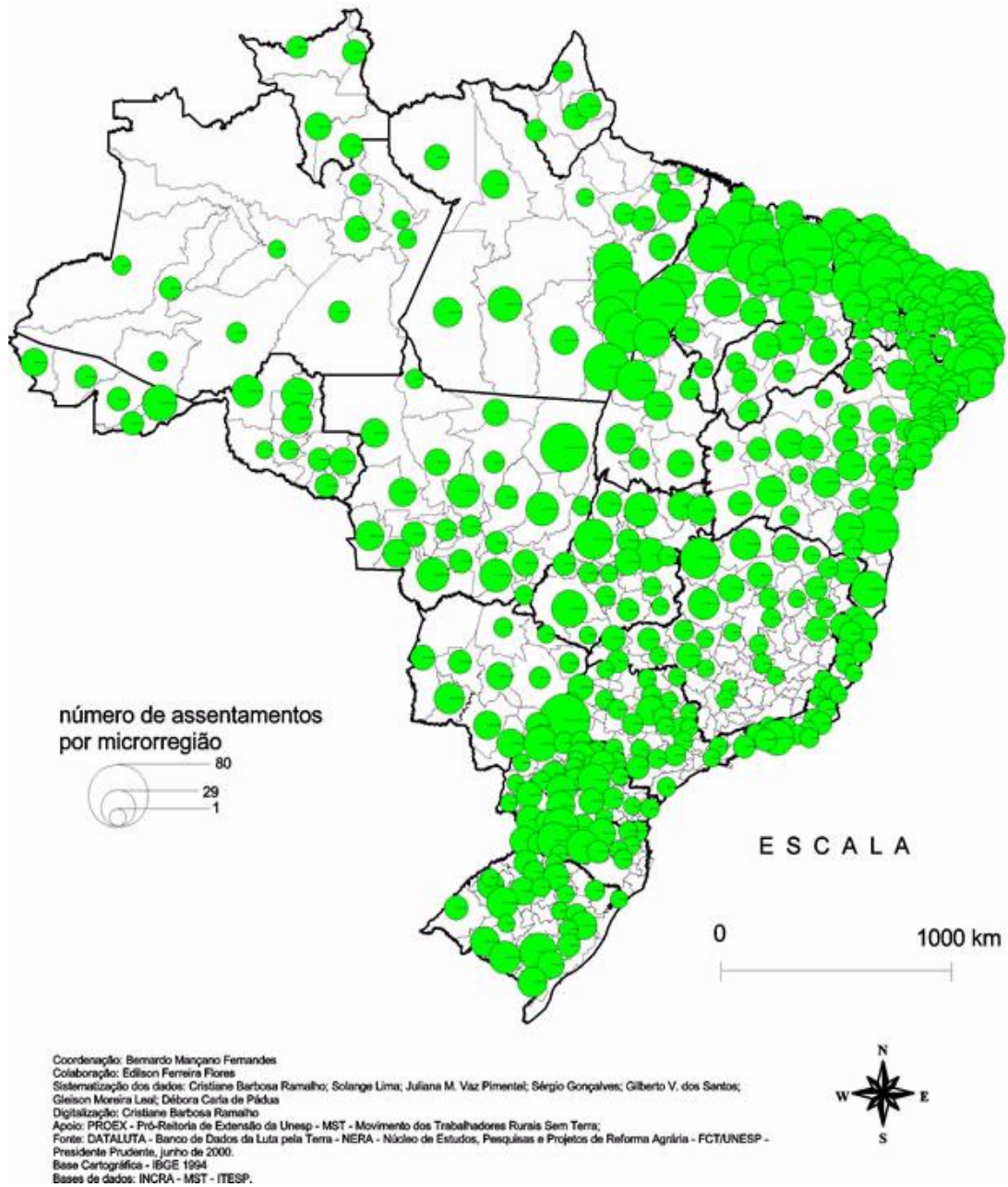
³ Ao usar o termo “Sem Terra”, com letra maiúscula e separado, estarei me referindo ao sujeito constituído pelas lutas do MST que já possui a terra; aquele que possui a identidade construída sendo seu nome próprio Sem Terra.

- Produzir alimentação farta, barata e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;
- Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres;
- Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
- Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
- Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais;
- Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc., para um desenvolvimento auto-sustentável;
- Implementar a agroindústria e a indústria como os principais meios de desenvolvimento do interior do país”.

Tais objetivos foram extraídos do livro a História da Luta pela Terra e o MST, Morissawa, p.168, onde explicitam com mais detalhes como atingir a reforma agrária.

A reforma agrária até hoje apresenta sete milhões de hectares de terra reconquistados em todo o país pelo MST, representando a sua força em organizar pessoas em busca de sua verdadeira identidade de camponês, construindo, assim, a sua territorialidade nos assentamentos de reforma agrária.

**GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL
1979 - 1999**



**FIGURA 1 – MAPA DO BRASIL: ESTADOS BRASILEIROS COM TERRITÓRIO
DEMARCADO PELOS ASSENTAMENTOS.**

Fonte: Dataluta/IBGE/INCRA

No Estado do Rio Grande do Sul foi onde iniciou a organização dos sem terra, porque apresentava, no final da década de 1970 e início de 1980, uma realidade de expulsão dos homens e das mulheres do campo, devido à perda de suas terras para o banco ou à necessidade de venda, uma vez que o modelo agrícola já era outro, o da grande propriedade.

Essa falta de condições dos camponeses para produzir, no Estado do Rio Grande do Sul, fez com que se organizassem, e foi nesse contexto que se iniciou o movimento no RS e também com toda a ajuda da Comissão Pastoral da Terra, acontecendo aqui a primeira ocupação e o primeiro assentamento mas ao mesmo tempo existia em vários estados brasileiros um movimento de luta e organização para reforma agrária.

O agricultor sem terra do sul é descendente dos colonos que no século XIX vieram para este país na condição de proprietários de no mínimo, uma colônia de terra (25 hectares). Esses colonos ainda hoje trazem consigo o mesmo espírito desbravador de seus ancestrais e a mesma concepção de unir seus esforços na busca de um mesmo objetivo. (MEDEIROS, 2004, p.156).

A primeira ocupação de terras acontece em 7 de setembro de 1979, na Gleba Macali e Brilhante, na região norte do Estado, com 110 famílias. Todavia, o grande acampamento que dá início ao Movimento acontece na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, em dezembro de 1980.

A partir desse momento, o Movimento adquiriu força e, em outubro de 1985, 1.500 famílias ocupam a Fazenda Annoni, com 9.500 hectares, em Sarandi. Essa área de terra estava com pendências legais na justiça para serem resolvidas, o que só acontece em 1992.

Alguns acontecimentos muito fortes marcaram o RS em âmbito nacional, como o massacre da fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, em 1989, onde o despejo das famílias praticamente se deu em um cenário de guerra. Outro fato marcante foi o confronto com a policia na praça da Matriz, em Porto Alegre, em agosto de 1990, durante uma manifestação do Movimento. No episódio, um policial foi morto com foice e centenas de sem terras ficaram feridos. Com o tumulto, os manifestantes refugiaram-se na Prefeitura, formando um cordão humano ao redor do prédio, impedindo que a policia entrasse. Coloquei aqui mais detalhes do RS por ser o estado onde estou realizando a pesquisa.

Hoje, são 11.200 famílias assentadas, em várias regiões do Estado, produzindo alimentos para sua subsistência, gerando mais emprego, construindo uma nova consciência sobre a importância da reforma agrária neste país e também produzindo para a exportação. Mas ainda existem mais de 2.500 famílias acampadas esperando o seu pedaço de chão.

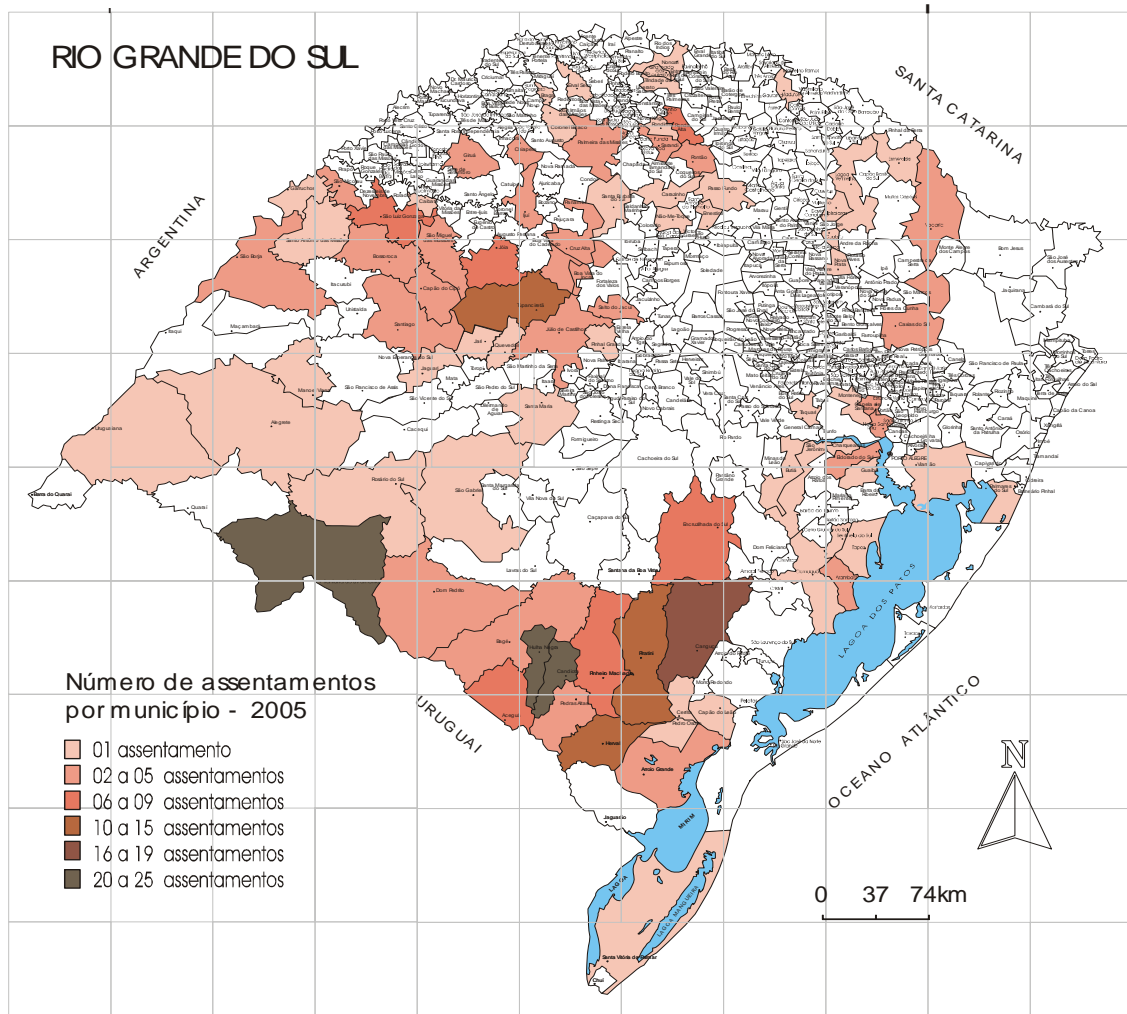


FIGURA 2 – MAPA DO RS: OS MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS

Fonte: Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativas – GRAC – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

2 ASSENTAMENTOS: COMPREENDENDO SUA HISTÓRIA

2.1 Compreendendo o porquê da pesquisa

O tema dessa pesquisa parte de uma inquietação minha em relação à organização dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, diante das situações que a experiência de trabalhar diretamente com o Movimento me proporcionou, a partir de 1990, e também por ter acompanhado sua formação desde o acampamento de Encruzilhada Natalino, em 1980.

A organização do espaço geográfico dos assentamentos do MST é sempre um grande desafio para os assentados, uma vez que ali se congregam pessoas vindas de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e do País, cada qual com sua história de vida. O novo lugar é desconhecido geograficamente pela maioria que enfrenta o desafio da viabilização deste lugar.

O processo de interação com esse ambiente vai acontecendo ao longo dos anos em virtude de as características culturais, sociais, políticas, naturais e econômicas, na maioria das vezes, serem bem diferentes daquelas que os camponeses conhecem. Esse processo permite que haja uma interação no sentido de encontrarem juntos uma metodologia de trabalho e organização para a viabilização deste espaço. Assim, o Movimento sempre

apresenta uma proposta para a organização do novo espaço que os camponeses, não raro, começam a conhecer neste momento de chegada a sua terra conquistada.

A proposta trabalha a dimensão de um processo de construção solidária entre os assentados, sob a perspectiva de que a terra é um bem da humanidade e que precisa ser cuidada como tal. A produção cooperativa é incentivada através da agricultura ecologicamente cultivada.

Então, pergunto o que será mais forte: os conhecimentos, as vivências, as experiências ou a proposta que o Movimento sugere aos assentamentos na organização desse novo espaço? A sua vida e a sua cultura irão interferir no jeito de construir suas casas, na posição e na divisão dos lotes, no plantio e no cuidado da produção agrícola, pecuária ou outros sistemas de produção que a região irá oferecer? Como acontecerá a organização da vida social, do lazer, e das atividades culturais entre a comunidade assentada?

Essas são as grandes inquietações que orientaram a pesquisa de campo num diálogo direto com a realidade e os sujeitos que fazem parte dela.

A grande temática que perpassará o estudo da pesquisa qualitativa está direcionada à cultura dos camponeses Sem Terra e à organização territorial dos assentamentos. Como acontece o processo organizativo do espaço geográfico nos assentamentos, bem como a identificação das raízes culturais das famílias assentadas e a interferência ou não dessa cultura na formação e organização desse espaço.

A opção pela pesquisa qualitativa deve-se ao fato de tal método responder com mais precisão a essa realidade pesquisada, proporcionando um contato direto com o ambiente e a riqueza dos momentos vividos. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita melhor qualidade nos detalhes das entrevistas a serem feitas, nas especificidades dos dados e nas análises que se fizerem necessárias. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, de situações e de acontecimentos, através de entrevistas, conversas, depoimentos, fotografias, desenhos, comportamento da paisagem.

Segundo Ludke e André (1986, p. 68),

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo.

A pesquisa qualitativa baseia-se na técnica de coleta de dados através do depoimento oral dos sujeitos envolvidos numa interação entre o pesquisador e o entrevistado, no caso os assentados e as lideranças do MST. Essa técnica também fará relação com documentos, dados já escritos sobre o tema pesquisado que poderão ser encontrados nos documentos da Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

Na realização do processo de coleta de informações sobre como as famílias assentadas organizam o espaço do assentamento, foi feito um estudo exploratório com as famílias assentadas, lideranças do assentamento e da direção estadual do MST. Nesse estudo, apareceu a questão empírica da pesquisa tendo como base o processo histórico das famílias que vivem no assentamento, e também sua maneira de como organizaram aquele espaço. Com isso, obtive também através dos relatos informações sobre quem são estas pessoas, suas

origens, o que pensam sobre o que aprenderam em sua vida anterior ao assentamento e como hoje organizam esse mais novo território.

Nesse primeiro contato que foi uma visita de dois dias em cada assentamento com o objetivo de reconhecer o espaço a ser pesquisado, utilizei um roteiro semipadronizado envolvendo questões norteadoras para identificar:

- As famílias que chegaram desde o início na área de terra, as primeiras lideranças do assentamento, as lideranças atuais;
- As famílias cujos membros, em sua maioria, são lideranças, tanto homens como mulheres;
- As famílias cujos membros ainda não se envolveram em cargos de coordenação do assentamento;
- A primeira impressão das famílias ao chegarem no novo lugar;
- O período de adaptação: como foi iniciado o processo de organização e de produção do assentamento;
- O que prevalece na sua história de vida em relação ao processo anterior ao assentamento.

Esses dados, além de me permitirem identificar o perfil dos entrevistados em relação ao processo de implementação, organização e desenvolvimento dos assentamentos pesquisados, também fizeram parte da análise do trabalho.

Durante o período da pesquisa, foram realizadas três visitas a campo. Na primeira, em que permaneci dois dias em cada assentamento conhecendo com mais detalhes a realidade, foi feito o estudo exploratório com as questões norteadoras já mencionadas anteriormente; na segunda, foram realizadas as entrevistas com as famílias selecionadas, e, na

terceira, foram verificadas as mudanças significativas ocorridas desde o período de início do estudo até o final da sistematização dos dados.

Para que a pesquisa tivesse o desenvolvimento previsto, na primeira visita ao Assentamento Trinta de Maio, mais precisamente na Cooperativa de Produção Agropecuária de Charqueadas (COPAC), onde atuam vinte e sete famílias e cinquenta e quatro sócios, foi necessário conhecer com um pouco mais de profundidade essa realidade, para só então elaborar o roteiro para as entrevistas.

Nesse momento, conversei muito com a secretária geral da Cooperativa que, por exercer essa função, é a pessoa que conhece todas as necessidades da entidade e consegue fornecer com detalhes as informações de que precisava. Na verdade, sua função na secretaria é desde atender telefone, resolver questões sobre a produção, a encomenda de produtos e sua distribuição aos associados, fazer a relação com o mercado e a produção interna.

Visitei, além de todos os setores de produção da Cooperativa: horta, aviário, animal (leite, suínos), padaria, lavoura (produção de grãos), também o setor social, voltado às atividades culturais, à educação e ao lazer. Nesse dia, não estive no supermercado da Cooperativa, localizado na sede do município de Charqueadas, que tem como objetivos a divulgação da Reforma Agrária e também a venda dos produtos gerados pela Entidade.

Foi muito interessante conhecer esses setores, pois observei como se dá a relação de trabalho na Cooperativa e o jeito de cada um pensar o trabalho. Como as atividades são muitas, algumas pessoas começam a trabalhar às 5 horas da manhã no setor de leite, e outras, às 7 horas. Todas as mulheres estão envolvidas nas atividades da Cooperativa e são

sócias também. Somente a professora da escola fez a opção de não estar associada em função de já possuir uma atividade remunerada.

Ainda no Assentamento Trinta de Maio, em Charqueadas, conversei com o representante das duas Associações locais, Primeiro de Maio e Dezenove de Abril, conheci as famílias assentadas e como elas se reestruturaram a partir da saída da Cooperativa e hoje como mantêm a sua convivência com seu lote de terra trabalhando diretamente nele usando a mão de obra familiar.

O contato com dois assentados da Associação Primeiro de Maio que trabalham juntos com uma horta agroecológica foi de grande riqueza para as primeiras informações. Eles esclareceram que todos os dias abastecem tanto o mercado como alguns restaurantes da cidade. Por estarem localizadas na beira da estrada de acesso à cidade de Charqueadas, sede do município, muitas pessoas param ali para comprar seus produtos. É um ponto certo de vendas.

O primeiro contato com o Assentamento Dezenove de Setembro, localizado no município de Guaíba, distante aproximadamente 30 Km de Porto Alegre, com trinta e sete famílias, segundo assentamento a ser visitado, foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. Um detalhe importante desse assentamento é que a sua área de terra faz divisa com a área urbana do município. A cidade praticamente circunda uma boa parte do assentamento, fazendo divisas com vilas e área industrial do município.

No período das entrevistas em que permaneci um tempo bem maior nos assentamentos, tive a oportunidade de estabelecer contatos mais diretos com as pessoas, de

observar como acontece a organização do trabalho familiar e coletivo através de uma convivência muito próxima com as famílias assentadas.

Por optar em ficar mais tempo durante as entrevistas, consegui um resultado significativo na porcentagem de famílias entrevistadas. No Assentamento Trinta de Maio, das vinte e sete famílias cooperadas da COPAC, entrevistei vinte e cinco famílias; nas associações que fazem parte do mesmo assentamento, entrevistei todas as famílias – na Associação Quinze de Abril são nove famílias e na Associação Primeiro de Maio são oito famílias. No Assentamento Dezenove de Setembro, onde todas as famílias trabalham individualmente em seu lote, das trinta e sete famílias entrevistei vinte e nove.

As entrevistas eram realizadas em vários ambientes: nas casas das famílias – as pessoas que estivessem no momento participavam do diálogo, nos locais de trabalho. Muitas foram realizadas na horta, no abatedouro, no supermercado da Cooperativa, a participação dos assentados foi de muita confiança ao responder as questões. É interessante ressaltar que muitas vezes até as crianças colocavam sua opinião em relação a sua vida no assentamento. Como a maioria das crianças já nasceu no assentamento, elas têm a visão desse momento de já ter a terra. Os jovens, por sua vez, já possuem outra realidade: alguns vivenciaram o período do acampamento, outros nasceram quando seus pais eram acampados, estes possuem o ciclo do que é viver as várias realidades.

Nos momentos da pesquisa de campo e da aplicação das entrevistas, utilizei grandes questões direcionadoras que fundamentavam a importância do diálogo com os entrevistados, o que deixava com que as pessoas ficassem bem à vontade para a conversa. Isto

me permitiu um detalhamento profundo de como os assentamentos estão organizados e como os camponeses sentem-se nele.

No desenvolvimento desta pesquisa e análise dos dados, foi necessário buscar elementos teóricos que fundamentassem o tema em estudo, e proporcionassem também a leitura mais próxima das categorias; formas de organização do trabalho, mão de obra, lazer, organização dos lotes, produção, diversidade cultural, interferência cultural.

Os conceitos de território, espaço, territorialidade, identidade, cultura, lugar foram tomados de alguns autores das mais diversas áreas do conhecimento, na tentativa de realizar uma análise mais aprofundada. Será desenvolvido um diálogo permanente entre os conceitos e categorias a serem estudados.

Nessa pesquisa, será dada ênfase ao processo organizativo de dois assentamentos da região da Grande Porto Alegre, RS, abordando a influência da cultura deste camponês assentado no seu jeito de constituir o espaço do assentamento. Este sujeito que é identificado como aquele que trabalha e vive da agricultura e nesta vivência incorpora uma cultura do meio rural.

Qual a realidade que os camponeses Sem Terra encontram ao chegarem nos Assentamentos e como passam a organizar este espaço? A relação estabelecida com o novo espaço reflete a cultura já vivenciada durante a sua vida na construção deste novo espaço, a partir das orientações políticas organizativas do movimento social, neste caso o MST? O espaço territorial sofre, assim, transformações a partir da influência/interferência cultural do camponês?

Esses serão elementos importantes durante a análise dos dados da pesquisa, para assim verificar a estruturação e composição do espaço do assentamento.

2.2 Localizando e conhecendo os assentamentos

Os assentamentos estudados nessa pesquisa localizam-se na Região da Grande Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro está situado no município de Charqueadas, a 10 km da sede do município, que é o Assentamento Trinta de Maio, e o segundo, denominado Assentamento Dezenove de Setembro, localiza-se no município de Guaíba.

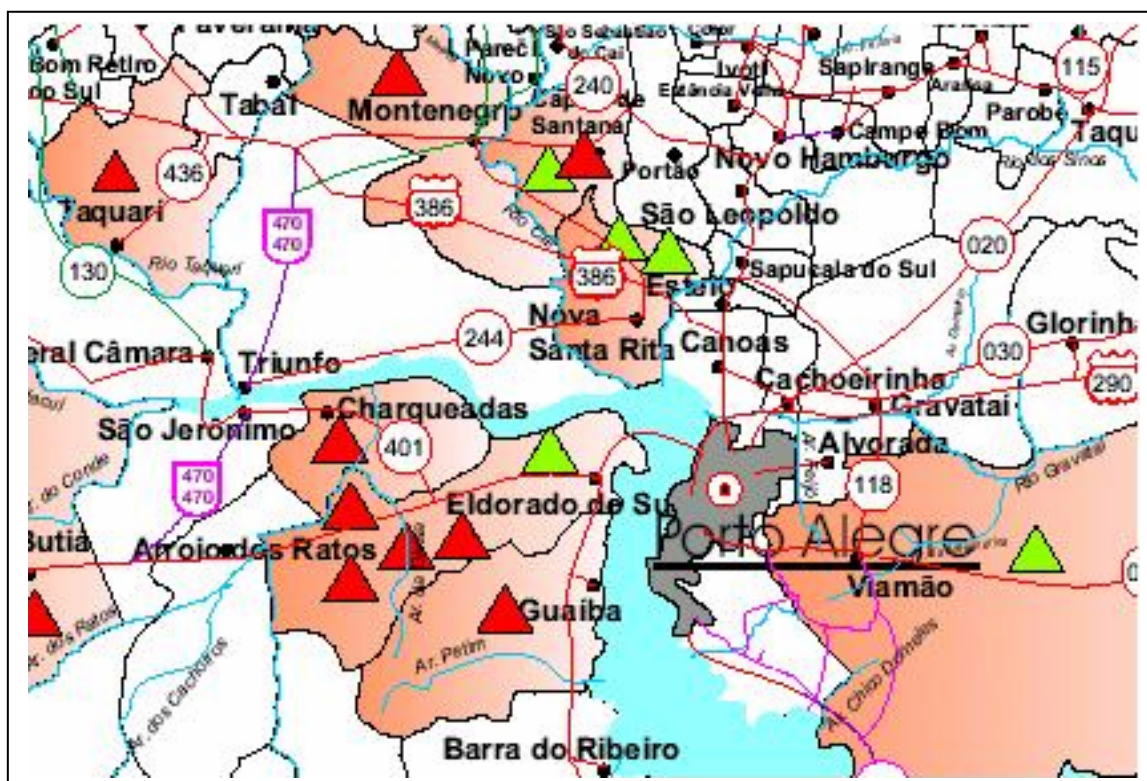


FIGURA 3 – MAPA DOS ASSENTAMENTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo do RS – Governo do Estado do Rio Grande do Sul (<http://www.gracrs.gov.br>).

O assentamento Trinta de Maio foi oficializado em 01/01/1990, numa área de novecentos e cinquenta hectares (950 ha), com quarenta e seis (46) famílias, sendo que destas, vinte e sete (27) famílias constituem a COPAC, onde trabalham de forma coletiva no processo de produção. A Cooperativa tem, entre os sócios, mulheres, homens e jovens, num total de cinquenta e quatro (54) pessoas. Os jovens podem se associar após completar a idade de 17 anos. As outras dezenove (19) famílias do assentamento trabalham de forma familiar, mas individualmente, cada uma em seu lote de terra, tendo constituído duas associações que visam a obtenção de crédito e a venda da produção, que é facilitada pela proximidade com a cidade de Charqueadas.

O número total de residentes na Cooperativa, compreendendo crianças, jovens, adultos e idosos, é de oitenta e oito (88) pessoas, das mais variadas origens étnicas, tais como: caboclos, portugueses, russos, alemães, poloneses, também existindo uma miscigenação entre essas etnias. Entretanto, a grande maioria é descendente de imigrantes italianos, vindos principalmente da Região do Alto Uruguai, dos municípios de Frederico Westphalen, Alpestre, Constantina, Rondinha⁴, Ronda Alta, Salto do Jacuí, Planalto, Iraí, Três Passos e Sarandi.

Antes de chegar ao Assentamento, essas famílias trabalhavam individualmente, diretamente com a agricultura familiar; eram todos pequenos agricultores ou filhos de pequenos agricultores. Algumas delas trabalhavam na condição de parceiros, outra trabalhava como empregada em uma granja e outra, ainda, já foi proprietária de terra no Mato Grosso. Esta última teve de retornar, porque não conseguiu pagar o financiamento, tendo de vender sua terra para saldar a dívida. A identidade entre essas famílias é encontrada na maneira de pensar a propriedade e na sua relação com a produção.

O Assentamento Trinta de Maio foi se estruturando de maneira a constituir dois assentamentos bem diferenciados, tanto na sua forma de produção, quanto na organização do espaço. Nessa pesquisa, estou identificando o assentamento que está organizado em uma cooperativa com produção coletiva, a COPAC, e o assentamento caracterizado pelo trabalho individual que estabelece uma forma associativa de organização da produção (Associação Quinze de Abril e Associação Primeiro de Maio).

⁴ Na época do acampamento e início do Assentamento, Rondinha pertencia ao município de Ronda Alta, RS.

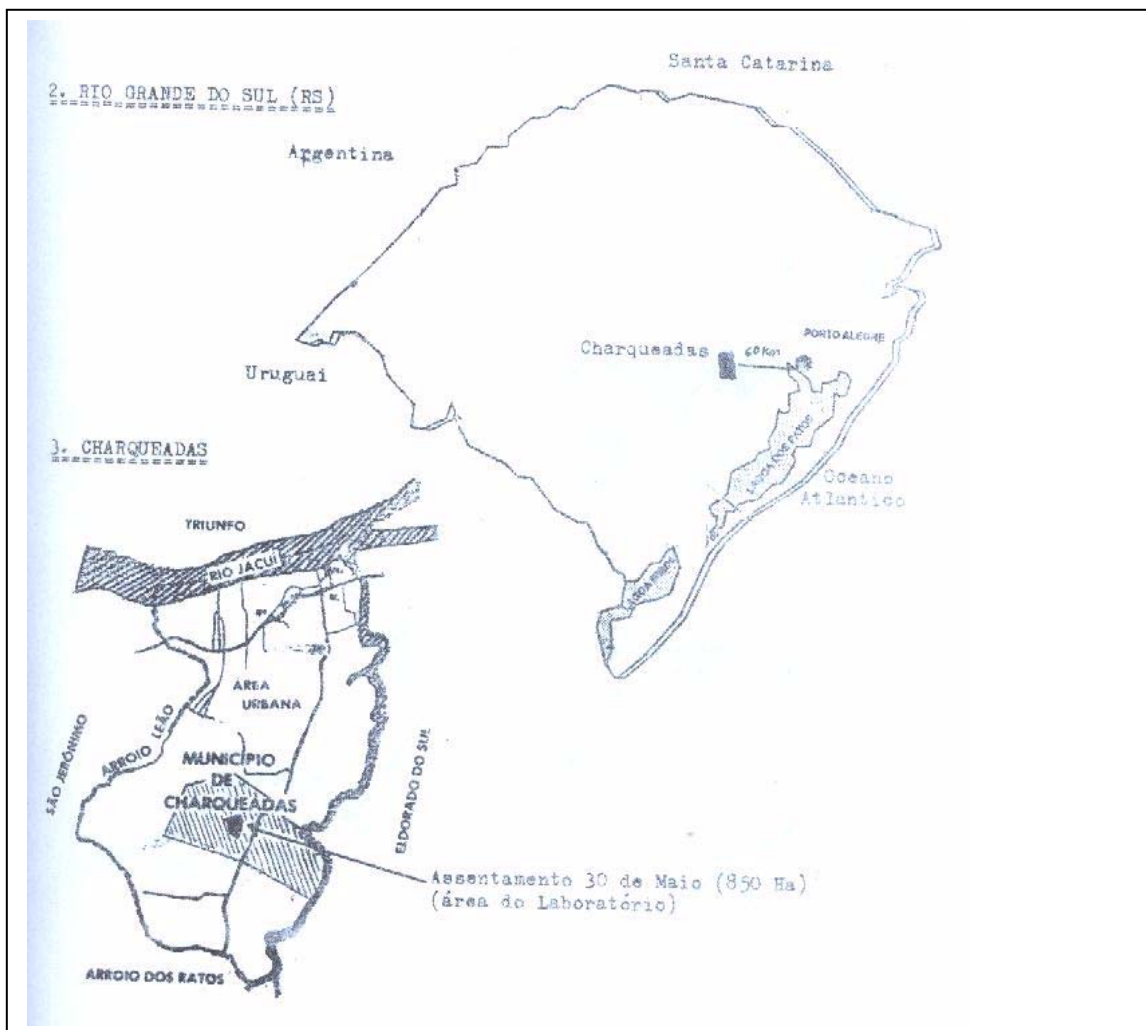


FIGURA 4 – MAPA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO – MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS.

Fonte: Memória do Laboratório Organizacional de Campo/ Assentamento Trinta de Maio.

Acho importante citar essa diferenciação, porque hoje as famílias vivem essa realidade que é bem distinta: algumas na experiência de organização da produção de forma coletiva e outras na experiência de trabalho familiar em seu lote, mantendo a associação para viabilização de recursos e máquinas agrícolas. Essas duas formas de organização que divide o Assentamento em duas áreas distintas fizeram-me considerar, para a pesquisa, como dois assentamentos.

A área de terra dos novecentos e cinquenta hectares (950ha) está distribuída para as quarenta e seis famílias, mas nem sempre da mesma forma. Geralmente, os lotes das famílias que hoje vivem num processo de produção individual não estão localizados junto a suas residências, o que dificulta na hora do plantio e da colheita da produção, pois a distância é muito acentuada e os assentados possuem dificuldades de acessar sua área de trabalho com seus animais e equipamentos.

Uma peculiaridade desse Assentamento é o fato de se limitar com a Colônia Agrícola Penal de Charqueadas, do Estado do Rio Grande do Sul. Essa foi uma razão do receio das famílias no início do assentamento. Todavia, com o passar do tempo, o temor cedeu lugar à tranquilidade, pois se percebeu que a vizinhança não oferecia maiores perigos às famílias, uma vez que suas residências estão localizadas a 300m da sede da colônia penal. A COPAC, inclusive, já participou de licitações para o fornecimento de alimentos para o presídio.

O segundo assentamento objeto dessa pesquisa é o Assentamento Dezenove de Setembro, localizado no município de Guaíba, que possui trinta e seis (36) famílias assentadas em uma área de quatrocentos quarenta e um hectares de terra (441ha). A chegada dos camponeses foi oficializada em 01/01/1992. Com produção individualizada, cada família em seu lote produz basicamente arroz e hortigranjeiros.

Essa área do Assentamento até hoje não está regularizada, porque o Governo Estadual da época (1992) desapropriou uma área do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE) e não efetuou o pagamento, implicando, portanto, a manutenção do registro de propriedade em nome daquele Instituto.

A área de terra desse Assentamento é cortada pela BR 101, que vai em direção a Rio Grande. As famílias que têm o lote à esquerda dessa BR, sentido Porto Alegre – Rio Grande, moram cada uma em seu lote. Aqui, cabe ressaltar um detalhe: esses lotes localizam-se na área urbana de Guaíba que é também considerada como área industrial com alto valor especulativo. Como essa área do assentamento ainda não está regularizada pelo Estado, as oito famílias que ali vivem sentem-se em constante conflito, pois temem a perda de seu lote.

As demais famílias que moram à direita da rodovia constituíram uma agrovila. Essa agrovila existe porque, no início do Assentamento, havia uma cooperativa agregando todas as famílias por condição imposta pelo governo da época, que condicionava o assentamento ao trabalho cooperativado. Assim sendo, as trinta seis famílias formaram uma cooperativa, que não resistiu, pois dois anos depois, pouco a pouco, as famílias foram saindo.

As oito famílias que moram à esquerda da BR 116 estão muito próximas do Bairro Santa Rita, da cidade de Guaíba, a cerca de 100m, o que contribui para a comercialização de seus produtos (hortigranjeiros e leite). Essas famílias foram as primeiras a saírem da cooperativa e, conseqüentemente, da agrovila e irem morar em seus lotes. Na margem direita da BR 116 existem quatro famílias que também possuem suas residências em seus lotes. Essa realidade está assim composta em função de essa área do assentamento ser muito úmida. A presença de um banhado no lugar impossibilita a construção de moradia em qualquer lugar. Ademais, a área do assentamento também está recortada de maneira que não permite às famílias que moram na agrovila terem a seqüência da área junto à agrovila.

As famílias do Assentamento Dezenove de Setembro são constituídas por descendentes de alemães, afro-brasileiros, indígenas, italianos, caboclos, portugueses, russos e poloneses. Nesse Assentamento, diferentemente do que ocorre no Trinta de Maio, as famílias são originárias de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Encontramos assentados vindos da região norte do Estado, do centro, das Missões, do alto Uruguai e da Campanha. São provindos de 14 municípios: Palmeira das Missões, Ijuí, Santo Ângelo, Alpestre, Espumoso, São Miguel das Missões, Cruz Alta, Tupanciretã, Cerro Grande, Ibirubá, Seberi, Herval Seco, Bagé, Planalto e Pinhal. Algumas dessas famílias moraram em vários municípios, como Sarandi, Ronda Alta, Nonoai, além de terem passado pela expulsão da área indígena de Nonoai, onde eram pequenos proprietários.

Essas famílias, independente do fato de serem originárias de diferentes regiões e municípios, passaram um período muito grande no acampamento, inclusive participando de conflitos sérios em momentos de despejo onde enfrentaram o poder do Estado. No período do acampamento em Bagé, tiveram um companheiro morto pela polícia e essa marca está muito presente entre eles que lembram o fato com muita dor e sofrimento.

A experiência de vida de muitas dessas famílias retrata bem a realidade da luta pela terra no Brasil, o resultado da política agrícola implementada ao longo da história brasileira. Encontrei neste assentamento uma diversidade de jeitos de pensar, de produzir e de organizar o espaço do assentamento.

Hoje as famílias vivem da produção de leite, de arroz, da piscicultura, de hortigranjeiros e da apicultura. A grande maioria delas entrega leite pela manhã e à noite em pontos que existem há mais de seis anos que fazem a distribuição diretamente ao consumidor.

A realidade desse Assentamento possui uma riqueza de detalhes, de jeitos e de culturas. Mesmo que cada família produza em seu lote, pode-se identificar uma forma de cooperação que se expressa no momento do plantio do arroz. Como esse cultivo exige, além de uma dedicação muito grande ao trabalho, água para a irrigação da lavoura e a fonte de água é uma só, as famílias cooperativamente construíram canais para a distribuição da água por todos os lotes.

Outra forma de cooperação que existe entre as famílias que moram na agrovila é no plantio e na venda dos hortigranjeiros. Algumas só plantam as verduras e repassam para as famílias que mantêm a venda direta para os mercados ou feiras. Conversando com alguns desses assentados, eles ressaltaram que não têm jeito para vender e por isso repassam sua produção diretamente para as outras famílias, que se encarregam desta tarefa.

Na análise dos dados da pesquisa no capítulo 4, retomarei com mais detalhes a realidade de cada assentamento pesquisado.

3 APROFUNDANDO CONCEITOS

3.1 Contribuição com alguns teóricos

Para o desenvolvimento da pesquisa, serão utilizados conceitos que fundamentem o tema proposto no que se refere à cultura e à organização social do MST e os sujeitos sociais que o constituem. Também fundamentarei as categorias já mencionadas e os conceitos no processo de territorialização dos assentamentos.

A constituição do território do assentamento acontece na disputa da sobrevivência de um grupo de pessoas que historicamente foi sendo excluído do acesso a terra como fonte de renda que ajudaria no desenvolvimento de um país mais equilibrado.

Nesse momento em que os camponeses apropriam-se da terra, tentam resgatar a sua dignidade de sujeito participante na conquista de seu espaço geográfico que passa a ser delimitado pelas suas ações em relação ao mesmo e também no seu usufruto e cultivo, conforme o seu conhecimento já adquirido.

Esse espaço, para Santos (2002a, p. 63), é aquilo que usamos, o espaço dos objetos, do sistema das ações.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá, (...).

Ao longo da história, esse espaço geográfico foi sendo transformado pela ação do homem, que se apropriou da técnica, da ciência, da maquinaria, das informações.

A ação do ser humano transformada em ações e estas em objetos responde às necessidades criadas em um determinado grupo e em um momento histórico, podendo se reproduzir por outros grupos ou não, modificando o espaço. Também podemos considerar que a ação através do trabalho modifica a natureza. Modificando a natureza, o homem poderá adquirir novos conhecimentos, mudando a si próprio e também o meio. Esta relação dialética interfere na organização do espaço.

De acordo com Santos (2002a, p.104),

O espaço uno e múltiplo, por suas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.

O valor do espaço é construído a partir da materialidade do que existe em seu conjunto, dependendo dos elementos das ações colocadas em seu meio e da interferência do ser humano e da própria técnica que ele cria.

A sociedade também interfere no espaço, quando age sobre ele modificando suas ações que podem ou não qualificar o espaço, reformulando e criando um novo ambiente, dependendo da época.

As civilizações, ao longo de suas trajetórias, foram identificando os espaços e a partir deles construindo os seus caminhos, suas áreas, suas estruturas no campo e no urbano, determinando assim os seus territórios.

Nesse sentido, Santos (2002b, p.112) esclarece como o espaço pode ser transformado em contexto mais global.

Como sabemos, o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. È o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado.

Segundo o autor, o espaço geográfico pode ser materializado ou não nas suas ações. Acrescenta, também, que tais ações acontecem num lugar e este lugar poderá ser transformado num espaço mais solidário, o espaço de todos, o espaço banal. Sob essa ótica, o território dos assentamentos se configura em um espaço conquistado.

O poder, nos estudos de Raffestin (1993), pode estar em um dos trunfos: na população, no território ou nos recursos. A conquista de um território poderá acontecer a partir da necessidade de dominar o que nele existe.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçada, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Conforme Raffestin (1993, p. 54), o território é “uma

reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura (...).”

Poderíamos afirmar que o território está ligado à constituição de um determinado espaço, se formando a partir de sua própria identificação e sob a ação direta do ser humano que nele estrutura sua identidade cultural.

Ao longo da história, as civilizações foram tornando o espaço em algo que estivesse próximo, ou seja, o vivido, aquilo que está encarnado na constituição de sua cultura, o seu sonho, as suas realizações, isto sendo fixado no que seria o território. Seria o lugar de meditação do ser humano com sua cultura. Dessa maneira, grupos de pessoas também estabelecem entre si ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço e, assim, apropriam-se de um território.

Ao constituir o assentamento, uma nova concepção de espaço para os camponeses sem-terra passa a emergir dele, criando uma identidade de culturas, jeitos, organização, produção, lazer; relação com o mundo, com as pessoas, com a própria luta, com a maneira de sobreviverem; trata-se de olhar para este assentamento como um movimento sócio-cultural, com sua identidade construída, que se institucionaliza para o conjunto do movimento em um território, que também poderemos chamar de “território alternativo”, conforme elucida Haesbaert (2002).

Território alternativo porque propõe uma outra forma de organizar o espaço geográfico, deixando de ser algo abstrato, uma vez que de sonho de conquista da terra passa

ser a sua concretude, a sua identidade, a sua territorialidade, porque, à medida que as relações acontecem, surge o novo.

A territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional, sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Na dimensão do espaço estará colocado o mais novo território que foi conquistado, fazendo relação com o grupo social que o emergiu.

Questões referentes à territorialidade, ao território, à identidade são amplamente abordadas por Haesbaert (1997). De acordo com sua perspectiva, a territorialidade está vinculada à identidade do lugar e, ao mesmo tempo, àquilo que está em movimento, perpassando os limites das fronteiras demarcadas pelo Estado-Nação.

(...) A identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio-espaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. (HAESBAERT, 1997, p. 50).

A demarcação territorial e a construção da territorialidade irão funcionar como uma marca; garantia de permanência e sociabilidade deste assentamento é a vida em funcionamento.

A ocupação do território passa a ser entendida como uma das vivências mais significativas, cujo sentido mais profundo somente pode ser compreendido no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam desse mesmo processo de constituição e formação do movimento.

Essa vida em funcionamento acontece em diferentes escalas. No primeiro momento da ocupação do território, tem-se uma relação de posse imediata da terra com o objetivo de fixação do ser humano para sua sobrevivência, trabalhar e produzir alimentos. Em outra escala, passa a acontecer a percepção do ser humano na condição de sem-terra, e disso surgem laços de identidade social e também de apropriação física do território.

Para que se compreenda a complexa constituição de um território, como é o caso dos assentamentos, trabalhando as diferentes escalas local/regional e espacial e o seu processo de territorialidade, faz-se necessário definir a concepção de territorialidade e identidade.

O processo de territorialidade está ligado àquilo que se refere à fixação que aos poucos vai se enraizando, às marcas, ao domínio do território (aqui não necessariamente ao domínio político, mas também podendo ser), à territorialidade das redes através de monopólios fechados ou globalizados. Na constituição do território, as territorialidades se manifestam de tal maneira que, muitas vezes, o próprio território expressa-se de uma maneira subjacente.

O território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares das redes. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes “de solidariedade”). (HAESBAERT, 1997, p. 94).

A sociedade capitalista contemporânea, ao longo de sua história de inovações tecnológicas, produziu e produz relações nos territórios onde, muitas vezes, a territorialidade e

a identidade das pessoas desaparecem ou entram em processo de crise de valores, não mais se identificando com sua própria natureza.

O que passa a valer são as redes, as malhas, as quais podem ser em grandes ou pequenas escalas, desenvolvendo diferentes estratégias em suas relações simétricas ou dessimétricas, como afirma Raffestin (1993), constituindo uma nova territorialidade, introduzindo outros conceitos e consumos na vida dos sujeitos.

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

A identidade de um grupo revela-se pela constituição ou não de sua territorialidade. A vivência de coletivo expressa as relações existentes no trabalho, na sociedade, no espaço cultural, no espaço da própria família; se essas relações se identificarem no grupo, irão firmar a identidade interna, mesmo que tenham interferências externas.

A identidade, na concepção de Castells (1999), é aquilo que o povo constrói a partir de sua experiência, sendo essa significativa. Quando fala em atores sociais na construção da identidade, refere-se assim:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Ao se lançar o olhar para o território de um assentamento, pode-se observar que o grupo de pessoas que ali vive passou a habitar esse espaço não por determinação sua de

identidade com aquele ambiente, mas devido ao seu engajamento em uma organização que possui uma identidade, no caso o MST, o ser Sem Terra, em busca da Terra, o seu chão.

Essa identidade – que no meu ponto de vista é político-social e cultural pela identificação com a terra, num primeiro momento, – com o decorrer da implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento, da construção da infraestrutura, das relações sociais, econômicas e culturais da vida dos sujeitos, redimensiona-se numa amplitude de territorialidade.

Poder-se-ia dizer que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido.

Uma outra dimensão da territorialidade no Movimento está no seu jeito de constituir a sua organização do território, porque atua ao mesmo tempo em vários lugares e com ações iguais ou semelhantes, permitindo a sua espacialidade e territorializando a sua identidade.

Com isso, aos poucos, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades, desenvolve significações de luta e de vivência cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações.

Ainda sobre território alternativo, assim expõe Haesbaert (2002 p. 11):

Alternativos no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma "alternativa" que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de

todas as matizes. Mas alternativos, também, no sentido de novas perspectivas teóricas para analisar o espaço dos homens (...).

Acreditamos que o processo de territorialização que o Movimento vem construindo ao longo de sua história possa demonstrar, na prática, uma nova inserção das pessoas no espaço geográfico e uma nova relação com o mesmo.

A desigualdade social que levou os assentados a constituir esse território faz com que pensem no porquê de estarem em tal condição e, assim, se colocam num processo de diálogo e entendimento do que querem com esse território numa condição mais enriquecedora.

A apropriação física acontece de modo a explorar o que existe nesse espaço, conhecendo as características de cada lugar, e, por conseguinte, obtendo como resultado uma relação complexa e multiterritorial. As condições existentes contribuem para o estabelecimento dos sujeitos nesse espaço fazendo dele o seu domínio territorial.

O território é o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Interpretando aqui os múltiplos territórios, poderemos citar os assentamentos do MST como um exemplo dessa multiplicidade de escalas no domínio e controle de uma nova territorialidade estabelecida no momento da fixação e organização do assentamento. Numa outra dimensão, território não perpassa só a dimensão das fronteiras, precisa ser visto como algo identificando os sujeitos e as ações que acontecem nesse espaço.

(...) O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Aqui, novamente podemos mencionar a relação existente entre o ser humano e o espaço do território, no qual que ele deposita seus valores, que podem ser seus sentimentos, sua identidade cultural, a que o identificou para sua construção.

De acordo com o estudo realizado por Raffestin (1993), falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçada, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Para o autor, território é considerado também como uma reordenação do espaço formado pelos sujeitos conforme a sua cultura, onde se busca identificar e constituir uma nova ordem imposta pelo sistema. Sob essa perspectiva, território está intimamente ligado aos conceitos de redes, malhas e indivíduos.

Sobre território, assim se expressa Santos (2002b, p. 96):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Por sua vez, em seu estudo sobre a Geografia Cultural, Claval (2001) assegura que a cultura tem uma influência bastante acentuada na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço é demarcado, apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado.

O autor esclarece ainda que território é a ocupação do lugar do espaço. A sociedade necessita do território para estabelecer suas relações, já que é nele que essas relações acontecem. Seria a delimitação de fronteiras, dos lugares, das regiões, das nações, confrontando-se as culturas.

Interpretando o território dos assentamentos, na presente pesquisa, pode-se inferir que possui grande multiplicidade, seja pela posse, seja pelos limites demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras, numa relação político-econômica do espaço.

Ao demarcar a área, o indivíduo passa a identificar esse espaço como seu e, juntando-se ao conjunto do assentamento, é formado um novo território no qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado, há uma representação simbólica, afetiva, uma apropriação, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço, enfim, a territorialidade. Essa nova territorialidade, portanto, se constitui a partir da identidade dos sujeitos forjada naquele novo lugar.

Morissawa (2001, p. 227) aborda o processo histórico das questões da terra esclarecendo que o assentamento, “mais do que um lugar de produção é um centro de convivência, onde se realizam sonhos, se criam filhos e inclusive se enterram os entes mortos”. Isso identifica a dimensão dada ao conceito de território para os assentados e sua construção em relação à territorialidade.

Assim, os assentamentos do Movimento se constituem em territórios únicos, mas ligados entre si por questões econômicas, políticas, de identidade social e cultural, forjando novamente outras territorialidades.

Um exemplo que pode ser citado diz respeito à criação de um processo econômico de subsistência e de renda em um assentamento, objetivando a entrada no mercado voltado a um tipo de cultura própria daquela região. Isso faz com que a identidade desse assentamento seja apropriada e dominada no sentido de conhecimento por eles mesmos e também do mercado visado.

Essa multiplicidade na constituição do espaço do território do assentamento como um espaço híbrido, onde apresenta relações e construções diferenciada em cada momento que se apresenta e um conjunto de sistema de objetos e sistema de ações, objetos seriam aquilo que existe em seu meio e as ações realizadas na modificação dos mesmos, pode ser depreendida através das palavras de Santos (2002a, p. 104):

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.

As características resultantes da realidade de cada território são ressaltadas por esse hibridismo, cabendo, nas articulações, o estabelecimento das redes internas e externas desses espaços. No espaço de um assentamento, são identificáveis tanto o aspecto múltiplo, relacionado ao uso do solo, às relações de troca de produtos, à organização do trabalho, como também o uno, no sentido da identidade sócio-política.

Como elucidada Haesbaert (2004), as redes, nesses casos, vão se estabelecendo de uma forma que interligam os territórios, os quais passam a ser os lugares onde acontece o comércio, o consumo, tornando significativas as malhas constituídas, fazendo ponte de forma hierárquica com relações dominantes, mas podendo constituir relações solidárias de maneira mais horizontal. Nesse caso, os processos sociáveis serão as relações estabelecidas no próprio assentamento e entre o conjunto do Movimento e, ao serem exteriorizadas, proporcionarão à sociedade como um todo a oportunidade de conviver com organizações territoriais alternativas.

Ao estabelecer as regras de distribuição territorial do espaço do assentamento, desde a forma da divisão do lote para constituir uma proximidade de relações entre produção e convívio, as pessoas tentam fazer desse lugar um resgate de uma nova posição sócio-política, econômica e cultural.

Fernandes (1996) argumenta que, ao conquistar seu espaço, o Movimento territorializa sua luta e cria uma identidade com o assentamento. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração de sua forma organizacional.

(...) A fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra. (FERNANDES, 1996, p. 242).

A conquista do território pode ser analisada sob diferentes ângulos, pois, quando se conquista a terra, se estabelece com ela um vínculo de vitória pelo pedaço de chão, pelo alimento, pela nova identidade, pela relação com os outros assentamentos, pela continuidade da luta.

Por outro lado, Santos (2002a) denomina “território esquizofrênico” àquele território onde aparece uma contradição, ou seja, no caso do latifúndio, seria sua fragmentação e a nova composição com todas as possibilidades de implementação de um novo território. Assim identificamos um lugar de múltiplas existências na prática das diferentes culturas.

Mas, neste contexto, quando o camponês perde a sua referência anterior, ou seja, sua qualidade de pequeno proprietário, ou arrendatário, ou a sua relação com a terra, pode-se dizer que ele sofreu um processo de desterritorialização do seu território na perspectiva econômica, política e cultura, decorrente de uma ação global do capitalismo que cria nova dinâmica para controle, expansão e acumulação do capital. Assim, as referências de trabalho e atividades que eram a realização cotidiana daquele camponês já não acontecem mais.

De acordo com Haesbaert (2004), o homem do campo sofre as conseqüências de uma expropriação do capital financeiro, pressionado pelo Estado que já não garante mais sua territorialidade.

A volatilidade e a alta seletividade espacial do capital financeiro disseminam a exclusão de amplas áreas do planeta, incapazes de construir a indispensável infraestrutura e as condições socioeconômicas para sua reprodução, ou capazes de manter o capital puramente especulativo durante curtos períodos de tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 192).

As relações geradas nesse espaço provocam a exclusão das pessoas de suas áreas de origem e de sua condição anterior, em cujo espaço acontecia a sua apropriação das condições de seu bem-estar sócio-econômico e que hoje já não existem mais. Todavia, a

dimensão sócio-econômica não aparece sozinha, porque existe uma influência direta em outras dimensões sócio-espaciais e na identidade cultural das populações.

Para aprofundar a influência da cultura na organização do espaço do assentamento, é necessário um diálogo permanente com a Geografia Cultural, tema central dessa pesquisa. À medida que o novo território se constitui, passa por um amplo processo de organização no qual se manifestam os jeitos, as práticas anteriores da experiência que os camponeses carregam ao longo de sua história de vida.

Claval (2001) analisa a cultura dos povos perpassando a identificação dos ambientes em que vivem, pelo modo como organizam o território. O peso da cultura é decisivo em todos os domínios: político, econômico, social e cultural. Segundo o autor, os geógrafos não devem dissociar os grupos do território.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. (...) A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 2001, p. 63).

A cultura se manifesta entre os grupos pelas suas identidades, pelos códigos de comunicação. As atitudes do cotidiano são semelhantes entre os membros, os conhecimentos ou práticas em relação às técnicas aparecem de forma comum. “(...) Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas” (CLAVAL, 2001, p. 63). A cultura começa a se constituir desde a infância, já que ela é também uma herança transmitida de geração em geração, portadora de todos os avanços hoje existentes na sociedade.

Aos povos foi um desafio constante, porque a manifestação dos seus gestos e atitudes diante do desconhecido fazia a mudança nas pessoas. Cite-se, por exemplo, na superação de um problema de saúde gerado pela falta de alimentos, para o qual se aproveitavam os recursos que a própria natureza oferecia, o conhecimento disso foi sendo passado às gerações posteriores. Até hoje temos conhecimentos milenares nessa área.

A família ou o grupo em que as pessoas convivem são determinantes para sua manifestação cultural. È nesse meio que as práticas da economia, das relações políticas, sociais, culturais se manifestam.

Segundo Claval (2001, p. 81), a cultura também se manifesta no sentir o mundo.

A sensação não é jamais pura: o indivíduo vive numa sociedade, utiliza um vocabulário de formas e de cores que predeterminam o que sente; ele percebe o mundo através dos parâmetros de leitura que recebeu. Seu olhar procura apreender os recortes que evocam as palavras que lhe foram transmitidas e as construções mentais que as completam. A cultura faz assim passar de uns aos outros as representações coletivas. O que lemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver (...).

Nesse meio, poderá existir muitas vezes olhar diferenciado, em que alguns percebem uma riqueza maior de detalhes, enquanto outros podem ver de uma maneira mais simples. Dessa maneira vão sendo constituídas, então, as interpretações e ações sobre as pessoas e o meio.

A compreensão do papel da cultura nas relações sociais entre os grupos, bem como a percepção de que nem todas as sociedades têm o mesmo padrão e comportamento em

relação, por exemplo, à função do homem e da mulher na sociedade e na família, são aspectos extremamente importantes.

As atitudes e as ações que os seres humanos vão tomando ao longo da sua existência não serão as mesmas, uma vez que criam e recriam a partir de suas necessidades e de sua sobrevivência diante daquilo que o cotidiano e a sociedade vão lhes exigindo.

Bogo (2000, p. 9) apresenta o que o Movimento Sem Terra vem construindo sobre a concepção do que é a cultura para o próprio Movimento: “Cultura para nós significa tudo o que criamos, fazemos e sentimos ao produzir nossa existência”.

Ao abordar esse tema da cultura como um tópico de estudo do Movimento, percebe-se uma relação de novos conhecimentos que são referendados a partir da relação com a terra e a construção do espaço do assentamento.

Os conceitos que os sujeitos desenvolvem durante seu processo de atuação, tanto na discussão, como na participação direta em realizações concretas, vão sendo incorporados a um novo jeito de agir e, além disso, vão acrescentando elementos de ação à sua existência cultural.

Ao estudar como acontece a transmissão da herança cultural entre as gerações, Bogo (2000, p. 14) assim se manifesta:

A cultura, portanto, representa a produção material e espiritual da existência, a produção da consciência e a formulação de objetivos que poderão ser alcançados pela sucessão de várias gerações. Assim se sucedem os inventos, as descobertas científicas, as formulações metodológicas, as práticas e teorias organizativas com seus princípios e valores. Assim forjam-se os arquitetos da existência, os poetas e

seresteiros, que buscam apaixonadamente subir os mais altos degraus na escada que leva à felicidade.

Com isso fica aparente o processo de inclusão de elementos que na vida diária são colocados como desafios e como os camponeses vão incorporando-os a sua herança da cultura. Essa dimensão entrelaçada permite a continuidade histórica da cultura acrescida de conhecimentos.

Os camponeses sem terra, em seu processo de aquisição de bagagem cultural, conseguem trabalhar a sua nova realidade que é o espaço do assentamento; entretanto, junto a esse processo aparecem novos desafios diante do desconhecido, suscitando no indivíduo a busca de novos conhecimentos.

A cultura, no entendimento de Claval (2001, p. 142), é:

(...) o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Ela inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Ela comporta um arsenal de métodos para se orientar (...).

Nesse sentido, a cultura de cada indivíduo se manifesta conforme sua crença, suas atitudes. Esse é um processo particular de cada sujeito cujas atitudes vão interferir no coletivo. O estudo da cultura envolve a ação de cada sujeito e o reflexo dessa ação no seu ambiente. A cultura também espelha e condiciona o jeito como acontece a organização espacial e como se comporta a sua dinâmica.

Com relação ao que vem a ser a cultura ou civilização, o estudo realizado por Gomes (1999, p. 120) esclarece que:

(...) as práticas espaciais só podem ser reconhecidas dentro de um contexto e estas possuem um sentido e uma coerência. Neste caso, vista como sistema de valores ou como conjunto de referências específicos de um grupo social, a cultura é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais, da organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço.

Ribeiro (2001), ao estudar o povo brasileiro, refere-se às matrizes étnicas e culturais desse “povo novo”, definindo as características do povo brasileiro organizado em sociedade.

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. (RIBEIRO, 2001, p. 454).

Esses brasileiros que constituem um povo com suas diferenças culturais, expressam na sua língua, na maneira de organizar a sua vida, o trabalho, o lazer, os momentos de criação e vivência cultural, são os sujeitos que permanecem com sua vida no campo, são os que lutam por uma organização social, nesse caso o MST. A diversidade de etnias encontrada nos assentamentos de reforma agrária, e a partir destas experiências de vida que este povo troca, constituiu a organização do espaço geográfico dos assentamentos.

3.1 O significado de um assentamento do MST

A organização territorial, a construção de uma nova paisagem, a identificação dos camponeses com o novo espaço geográfico, a constituição da realidade a partir da territorialidade serão elementos a serem abordados na dimensão dos assentamentos do MST.

As características, os conceitos, as peculiaridades são os mais diversos sobre o que vem a ser um assentamento do MST. No contexto mais universal, significaria ajustar, colocar no seu devido lugar o que está fora. Se olhássemos por uma dimensão mais política, seria resolver o problema das pessoas que não têm moradia; e foi com esse enfoque que os governos iniciaram o uso dessa palavra.

Entretanto, para o conjunto do MST, significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, aquela onde já se pode produzir e morar, constituindo um novo espaço social. Vejamos o conceito de assentamento para o MST:

(...) precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural. (CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, n.º 8, p. 25-26).

Isso infere que um assentamento deve ser visto como um processo histórico em construção, no qual deve-se considerar a formação dos assentados até a sua instalação. Por essa razão, esse território sofre profundas transformações, passando por transições. Esse espaço local é olhado como algo que está sempre em movimento, estabelecendo novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas em decorrência daquilo que a realidade vai apresentando em seu contexto. Como esclarece Fernandes (1996, p. 235), “o movimento constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. É um espaço, onde novas atividades sócio-políticas são criadas e contribuem para a formação da identidade coletiva do movimento”.

Os camponeses, à medida que são desterritorializados, ou seja, são desenraizados de seus lugares com os quais mantinham historicamente suas atividades

tradicionais, são obrigados a enfrentar novos desafios advindos da necessidade de readaptação no novo território, agora na condição de assentado.

Assim, na expectativa de construir uma nova territorialidade, constroem um novo sentido para sua existência, e constituem um reforço aos processos políticos e culturais de afirmação de valores mais significativos e solidários.

Na concepção de Milton Santos (2002, p. 330), “o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação”.

Os assentamentos, ao longo de seu processo de construção, são diferenciados uns dos outros. A realidade de cada região faz o jeito de ser de cada um. Existem assentamentos que estão próximos de cidades, outros ficam muito distantes, sem condições de acesso a estradas e de deslocamento da produção; alguns possuem muitas famílias, enquanto outros contam com um número muito reduzido delas.

Referindo-se aos sujeitos que constituem o assentamento, assim se expressa Carvalho (1999 p. 14):

O assentamento de reforma agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava. Estas intensidade e novidade podem ser expressas na necessidade de encontros sistemáticos, quase diários, entre essas pessoas e famílias para equacionarem problemas existenciais que a nova realidade da vida cotidiana lhes está exigindo.

A heterogeneidade dos assentamentos acontece pela realidade social de cada um, pelas histórias de vida das pessoas que ali estão presentes: idosos, crianças, jovens, adultos, pessoas portadoras de necessidades especiais; homens e mulheres, negros, índios, brancos, mulatos, mestiços; deferentes credos religiosos. Muitos já moraram em várias regiões do Brasil, outros nunca haviam saído de sua comunidade de origem. Encontramos também uma realidade triste em relação ao processo de escolarização das pessoas: analfabetos, semi-analfabetos, a grande maioria com ensino fundamental incompleto. São pessoas diferentes entre si, mas portadoras de uma exclusão social provinda de um processo produtivo.

As peculiaridades de cada assentamento também perpassam sua maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. As famílias, oriundas de diferentes lugares, passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão dando “sua cara” para esse lugar. Uma das necessidades mais imediatas é organizar o processo produtivo da nova área que lhes foi destinada. Ele inicia produzindo, geralmente, para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio de outras culturas.

Nós temos jeitos diferentes, um tem jeito de guardar as ferramentas outro tem outra, mas são coisas assim que a gente não diz nada, mas na tua cabeça, fica. Se pegarmos os adolescentes que já se acostumaram neste sistema eles não iriam sentir tanta diferença. Se os pais da gente tivessem educado a gente assim neste sistema hoje seria mais fácil, teríamos mais avançado. Se olharmos, o individual trabalha mais que nós aqui dentro hoje, mas na tua cabeça é um trabalho sem compromisso. Se aquela vaca tu tira leite às seis horas da tarde, ou não tira ninguém vai me cobrar, aqui tem um grupo, tem uma empresa alguém que cobra aquele compromisso, se tu olhar as famílias tem meio dia no domingo a tarde de folga, para uns e outros não, muito serviço, é um sistema que a gente criou (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Esse depoimento mostra com clareza os diferentes jeitos que cada camponês carrega em sua vida diária e como isso se relaciona com o momento de organizar o trabalho e com a própria convivência dentro do assentamento.

Cada assentamento procura organizar questões como lazer, encontro das famílias, troca de produtos que cada um cultiva, ou o fazer de forma coletiva. Dessa forma, fica evidente a dificuldade de se encontrar assentamentos iguais, mas percebem-se traços que são comuns e que simbolizam o significado de ser um assentamento dos sem-terra e que também demarcam a nova ocupação deste território pelo MST.

A identificação do que possa ser um assentamento na sua viabilização e na obtenção de resultados sociais pode ser visualizada através do processo de organização da produção, através do qual os assentados estabelecem relações fundamentais para a vida no assentamento.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo INCRA, no capítulo que versa sobre a viabilização econômica dos assentamentos, expressa que:

Desde o momento de sua implantação, o novo assentamento estará orientado por um projeto produtivo de viabilização econômica, com tempos de maturação e etapas ajustadas às características de cada região. Um investimento específico nas áreas de Reforma Agrária é a garantia para transformá-las em espaços produtivos de acesso a direitos e de qualidade de vida. (BRASIL, II PNRA, 2005).

O respeito às características de cada região e à experiência anterior de cada assentado se reflete muito no momento desta organização da produção. Os conhecimentos trazidos já identificam a maneira de cada um cultivar a terra, assim como as relações de convivência comunitária, aspectos também comentados por Santos (2002b). Vejamos o depoimento de uma cooperada:

Os lotes foram medidos e sorteados, claro que teve gente que era muito pequeno alguns queriam criar os bichos que tinha lá fora, uma casa do lado da outra num momento não foi fácil, mas hoje a gente vê que assim era melhor. A idéia seria cada um ter seus bichos, sua horta, algum fala aqui os outros escutam, lá a gente era acostumado tudo longe, era distante da cidade, eram 12 Km longe da cidade. Hoje prevalece com as galinhas em seu lote. Eu não consigo ficar sem galinha, cada um cercar as suas, fechamos um tempo, mas as galinhas não sobrevivem fechadas, meu sonho é ter a galinha, os bichos, peru, ganso, a maioria gostaria ter. Tem o aviário coletivo, mas eles não conseguem deixar de lado. (Morador Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Nesse depoimento, fica evidente a dificuldade da vida comunitária, tanto no que se refere às atividades relacionadas à produção como também àquelas relacionadas à vizinhança. Porém, independente dessas situações, o trabalho para organizar a produção é do próprio assentado, mesmo considerando as orientações de como o Movimento pensa o trabalho de cooperação agrícola.

Esse pensar é uma discussão nacional feita a partir da organização local, onde se discutem e se estabelecem linhas gerais, orientando as organizações estaduais do MST. Todavia, ao se estudar o assentamento, observa-se um respeito muito grande à realidade de cada região e à história cultural de cada um.

Foi indo aos poucos cada um ia colocando suas idéias, um dum jeito outro do outro, umas famílias se retiraram desde o início, não obrigamos ficar no coletivo. Cada ano que passa tem uma noção diferente do que é a coisa. No início plantávamos mais arroz, hoje porque existe o mercado e falta mão de obra, precisamos mudar, pessoas com idade, aparece a falta de mão-de-obra, terra temos bastante. Falta gente para trabalhar. (Morador do Assentamento Trinta de Maio –COPAC).

Fica claro que, independente da orientação do MST, o assentado tem a liberdade de opção e sabe que este seu direito é respeitado pela organização do Movimento, que busca conciliar o que é a necessidade do assentado com o que a região oferece e o Movimento propõe.

O processo histórico da cooperação agrícola desenvolvido nos assentamentos demarca a importância da viabilização econômica do assentamento. Quando o MST se refere ao conceito de assentamento, considera o trabalho coletivo e de solidariedade entre os próprios assentados para que os mesmos desenvolvam o cultivo da terra e o seu aprendizado com ela.

Outra marca forte é a simbologia utilizada pelo Movimento na identificação dos assentamentos, em cuja sede são colocadas placas com o nome do lugar escolhido pelos próprios assentados. A bandeira do movimento, símbolo do MST, é colocada em lugar de destaque, em um ponto onde as pessoas possam vê-la de várias posições e lugares. As casas e o próprio assentamento se inserem numa paisagem voltada para o embelezamento do lugar. A beleza das construções encanta os olhos do assentado, sua auto-estima se eleva cada vez mais no sentido de pertença àquele espaço, construindo a própria espacialidade. “A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território”. (FERNANDES, 1996, p. 236.).

Essa espacialização vai criando por dentro dos assentamentos uma mística própria que transforma os grandes momentos de tristeza e de dor passados, como o enfrentamento com a polícia e com jagunços, o frio, a fome, ou perda de companheiros de luta, em motivos fortes para seguirem construindo a sua territorialidade nos assentamentos.

A mística é algo que brota no conjunto dos assentamentos; é uma manifestação dos símbolos dentro da prática cotidiana; é a força que anima; é o sonho em construção. É o momento em que os assentados expõem o contraponto entre o que sofreram e o que querem

realizar, trazendo a história presente. Falando sobre a mística, desta maneira esclarece Boff (1993, p. 154):

(...) mística, então é, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a esperança em face dos fracassos históricos. Na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os movem são sonhos de uma realidade nova. Por isso desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras.

Então, são esses momentos que parecem transformar a realidade em sonho e o sonho em realidade no decorrer de sua história. O aprendizado com a terra e com o assentamento passa, muitas vezes, a estabelecer relações que anteriormente nunca haviam acontecido, como a experiência de fazer reuniões, de coordenar, de respeitar a decisão e opinião dos outros, de fazer cumprir as decisões tomadas no grupo, e do convívio social.

Essas situações forçam as pessoas a pensarem sobre o que faziam antes e de como deverá ser a sua vida no assentamento. O choque com a herança cultural é inevitável. O choque a que nos reportamos se refere à diferença entre a vivência das pessoas na sua trajetória de vida e o que encontram na proposta de organização de um assentamento.

Existe um coordenador de cada setor, e reúne os coordenadores, fizemos rodízio na coordenação. Todo o ano troca, para as pessoas aprenderem o que é. Assim todo mundo tem uma visão do trabalho. Eu assumi a coordenação, não foi fácil, porque quando não estava a gente só pensava no setor o trabalho do dia a dia, mas com a coordenação pensa na cooperativa como um todo: o que acontece, o que faz. A minha cabeça ficou cheia. É uma experiência muito boa! Nas reuniões a gente aprende muito, fica ligada em tudo. Antigamente eu era muito desligada da cooperativa, hoje tudo o que acontece a gente está de olho porque vai se entrosando cada vez mais. Hoje participa bem mais das coisas da cooperativa. (Moradora do Assentamento Trinta de Maio –COPAC).

Os momentos e desafios apresentados às pessoas no assentamento vão criando condições para que elas possam descobrir o seu potencial interior, resgatar os seus conhecimentos e construir outros junto ao grupo, ampliar a sua noção do que acontece no país e no mundo.

A realidade da organização do assentamento se constituiu, talvez, em um dos grandes desafios para o MST. De acordo com a concepção de Santos (2002^a), anteriormente exposta, o lugar dos acontecimentos é extremamente significativo no momento de construir o território. Sentir como estão as pessoas que passam a morar nestes lugares e como conseguem construir a sua identidade com este novo lugar, construindo uma territorialidade que passe a se tornar referência para si, para a organização, para o Brasil e para o mundo.

A escala estabelecida pelos assentamentos trabalha numa dimensão de um espaço rural diferenciado e conectado com o urbano de forma local, regional e nacional, referendando-se também em âmbito mundial, constituindo-se em múltiplas finalidades e sentidos. Por mais que os assentamentos necessitem das relações externas de formas hierarquizadas, isso não significa dizer que o mesmo aconteça em seu interior. As ações na produção do espaço do território têm características semelhantes, e estas ações, acontecendo de maneira horizontalizada, é que irão definir o alternativo no conjunto do assentamento. O significado para o camponês é de uma forte expressão de pertença a um novo lugar e de futuro estabelecido em sua parte de terra.

Também gostaria de dar destaque a algumas declarações feitas pelos assentados, quando da posse do seu lote, da sua terra sonhada:

Agora tenho onde plantar e o que comer.

Nunca perdi a esperança, ela trouxe minha terra.

Não passamos mais fome, o feijão, a mandioca, o milho, as nossas galinhas estão garantidas.

Que orgulho de ter terra com nosso suor, sofremos, mas agora estamos no que é nosso.

Aqui lugar para dar de comer aos meus filhos.

Na verdade eu tinha um sonho e o primeiro sonho logo que eu entrei no movimento era conseguir um pedaço de terra meu pra eu plantar.

Através dos sentimentos externados, fica aparente o significado da liberdade conquistada no momento de receber a terra, também o de pertencer agora ao lugar, e, em contrapartida, esse lugar porta significado de cidadania, ou seja, o seu reconhecimento diante da sociedade. “Agora também faço parte, sou sujeito, e vou construir meu direito”.

São muitas as realidades de um assentamento, e em cada região do país cada qual coloca a sua “pitada de sabor” conforme deseja construir o lugar de sua existência e de futuro para uma nova organização do campo brasileiro, pelo menos em seu território de domínio, representado pelo assentamento.

4 A ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E A INTERFERÊNCIA CULTURAL: O CASO DOS ASSENTAMENTOS TRINTA DE MAIO E DEZENOVE DE SETEMBRO

4.1 Cultura, organização e identidade dos assentamentos

Os grupos, ao longo da história, estabelecem entre si ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço, assim apropriando-se de um território. No assentamento, os camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço construindo identidade própria. Ao se referir à identidade dos grupos, argumenta Castells (1999, p. 23):

A construção da identidade vale-se da matéria-prima e esta é processada pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

No caso dos assentamentos, a identidade coletiva é construída a partir de objetivos próprios materializados tanto na busca da organização da produção, como das relações de trabalho, do convívio comunitário, e, além de tudo isso, traz um significado expressivo para aqueles que com ela se identificam.

Nesse contexto, encontramos, entre os camponeses Sem Terra dos assentamentos pesquisados, o agrupamento de trabalhadores provindo de várias categorias sociais: pequenos proprietários rurais, filhos de pequenos proprietários rurais, arrendatários e parceiros rurais, moradores agregados, assalariados permanentes e temporários.

Nessas categorias sociais encontradas são identificados comportamentos distintos entre os camponeses, devido ao fato de trazerem experiências de vida bastante diferenciadas. O contexto histórico-social e os processos de produção não foram os mesmos para essas pessoas; até mesmo o próprio convívio familiar ocorreu em outro contexto.

Por exemplo, a inserção econômica, as relações de trabalho, a identidade construída entre um pequeno proprietário e um morador agregado são diferenciados. A sua memória de vida, o sentimento de pertencer ao lugar que foi seu – que o agregado não possui, nesse caso – se expressa no momento de identificar-se com a posse da terra através de relações específicas. Isso é perceptível desde o jeito de lidar com sua própria moradia, até o próprio plantio.

O jeito de cultivar a terra, plantar o milho é o jeito que cultivavam anteriormente. Aqui é tudo com máquinas, lá era a mão, mas lá não precisava colocar adubo, a terra é mais boa. Aqui não usamos venenos; meu pai também nunca usou, eu trabalhei muito até com bois. Nunca pude estudar, eu tinha vontade, mas não consegui. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Esse depoimento retratar a experiência de vida de filha de pequeno proprietário, a relação de seu trabalho com o plantio das culturas, o seu cuidado com a terra, o seu sonho para construção do conhecimento científico em busca de uma outra profissão.

A identidade nos assentamentos vai sendo construída nessa diversidade de sujeitos com suas diferenças de cultura. É nessa heterogeneidade que os grupos vão construindo o processo da nova organização do espaço do assentamento. Santos (2002b) se refere à nova realidade como um contraponto a um modelo globalizado de exploração e sugere uma organização do espaço planetário mais conectada cultural e socialmente.

A fala da assentada transcrita logo a seguir mostra como, aos poucos, os camponeses foram demarcando seu território nas diferentes áreas, seja na produção, na apropriação dos lotes, na construção de suas casas, seja na nova configuração desse espaço.

No início foi muito difícil, foi um desafio, uma novidade. Acho uma oportunidade boa de mudar. Plantar soja era muito veneno. Aqui é mais arroz, horta, aipim, para vender. O que plantar vende, tem comércio. Na nossa região, só vendia soja. Foi muito difícil. Hoje está muito bem. No início, teve o sorteio dos lotes, onde as pessoas iriam morar, as casas foram construídas a partir dos que mais precisavam. (Moradora do Assentamento Trinta de Maio - COPAC).

Olhando para história da humanidade, conseguimos resgatar o que os povos construíram ao longo de suas vidas, e o que ainda hoje carregamos como herança cultural dos mesmos. Mas, o próprio tempo e o espaço onde estão inseridos os sujeitos oferecem oportunidades de colocarem novos jeitos, costumes, características, formando sua própria identidade, com a responsabilidade de preparar o ambiente onde viverão as gerações posteriores.

Para Claval (2001, p. 63):

A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos.

A cultura, portanto, representa a produção material e espiritual da existência, a produção da consciência e a formulação de objetivos que poderão ser alcançados pela sucessão de várias gerações, que a aprimorarão conforme o contexto.

Quanto aos aspectos relativos à vida no assentamento de reforma agrária do MST e à forma como o camponês trabalha a sua dimensão cultural, observamos que é muito forte o sentimento de possuir um pedaço de chão e de como trabalhar com ele.

Ao pensar sobre como irá organizar o seu lote, o camponês busca conhecimentos acumulados em sua história de vida, colocando em prática a sua herança cultural, resgatando jeitos que muitas vezes já estavam esquecidos. Mas, também passa a adquirir novos conhecimentos, quando se defronta com um espaço totalmente desconhecido. É então que aparece o desafio de juntar o aprendido com o que deverá aprender.

É tudo diferente, é outra produção, por enquanto é o leite, mas lá é pouco, mas hoje o que mantém mensal é o leite e anual é a lavoura, o mercado se mantém na verdade. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC)

Aprender é olhar para o espaço do seu mais novo território e observar nele o que ele oferece no aspecto da produção de alimentos, de lazer, de atividades culturais, de organização política, de relações comerciais e de troca de produtos, de distribuição dos lotes, de convívio das famílias assentadas neste lugar e com a comunidade em geral.

Quando o camponês trabalha a terra, no preparo e cultivo do feijão, por exemplo, estará resgatando a sua cultura, porque, mesmo mudando de espaço físico e sendo membro de um movimento social, ele não perdeu o hábito de cultivar feijão. Sendo assim, sabe qual é o período do ano em que poderá plantar o grão, como fazer o preparo do solo, que

tipo de solo é mais adequado para o plantio, a época da colheita, o cuidado com a secagem do produto, como estocá-lo. Todos esses conhecimentos fazem parte de sua trajetória de vida.

A cultura é feita de atitudes e de gestos. Ela comporta as técnicas do corpo: (...) No campo e na fazenda, convém saber como e quando laborar, esterrear, semear, tirar a erva, colher, e aprender onde guardar os animais, o que lhes dar para comer, como os ordenhar e os atrelar. (...) O telhador reconhece num golpe de olhos a telha fendida e a descarta. (...) Os gestos que se repetem indefinidamente sem jamais terem sido questionados terminam efetuados maquinalmente. A vida cotidiana é assim toda penetrada de automatismos: não há necessidade de parar para refletir, o que convém fazer é conhecido; a situação pode ser avaliada num golpe de olhos. (CLAVAL, 2001, p. 80).

Esta é uma dimensão da cultura trazida pelas pessoas: o fazer as coisas pelo que já está automaticamente imbuído em seu ser. E isso se expressa quando os camponeses sem terra chegam no assentamento e vão construindo suas casas, organizando o local da horta, plantando para subsistência, para depois pensar no sentido de olhar o todo, de como construir todas as relações necessárias para a viabilização do assentamento.

Edgar Morin (2001), ao estudar a interligação entre cultura e conhecimento, infere que as manifestações e expressões do processo da construção da cultura se dão através das representações e manifestações coletivas, “consciência coletiva”.

(...) Cultura e sociedade estão em relação geradora mútua; nessa relação, não podemos esquecer as interações entre indivíduos, eles próprios portadores/transmissores de cultura, que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura. (MORIN, 2001, p. 19).

O ser humano o expõe, em todos os instantes de sua vida, seu processo de mutação. Para alguns, esse processo ocorre muito rapidamente, seja pela convivência com outros indivíduos, seja pelo constante movimento em vista das necessidades que lhes são apresentadas. Com isso, vão se transformando e adquirindo novos jeitos, incorporando uma nova cultura.

Na Cooperativa a gente tem contato com tudo, mercado, padaria, a produção de animais, as visitas que acontece, gente vinda do exterior que fica um tempo morando aqui, aí o setor social encaminha as visitas que chegam, a educação, a religião, secretaria, aqui nós somos da mesma religião. Tem liturgia na religião é todo o assentamento e a comunidade participa, também os individuais. (Moradora do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Nessa fala se evidencia a importância tanto dos momentos vivenciados em suas vidas, quanto de sua fé, fatos bastante marcantes. Essa dimensão aparece muito fortemente como uma necessidade, porque os camponeses tinham, em sua grande maioria, uma vida religiosa ativa anterior ao assentamento, e a continuidade dessa atividade os faz sentirem-se bem diante de si mesmos.

Ao iniciar a organização territorial do espaço do assentamento, o camponês irá juntar os gestos e as práticas transmitidos como herança, mas será necessário criar e incorporar novas técnicas. Não se pode frear a incorporação de elementos novos, quando são apresentados como substitutos ou complementares aos já existentes, desde que não se contraponham aos princípios de organização estabelecidos pelo MST.

Para Bogo (2000, p. 83), quando se refere ao MST

O conhecimento deve ser um pilar fundamental para desenvolver nossa revolução cultural, pois devemos resgatar experiências positivas e compará-las como nossa realidade cultural para chegar a uma síntese exata do que devemos fazer, para evitar influências de conhecimentos atuais que prejudicam o avanço da organização social e de produção do campo.

A busca do conhecimento deve sempre estar presente em todas as situações a serem enfrentadas pelos grupos, tanto no sentido de resolver dificuldades apresentadas no cotidiano, quanto de buscar o bem-estar do ser humano e do coletivo a que pertence. A experiência individual e a coletiva são a referência básica do conhecimento. Sempre que

surtem dúvidas, o cérebro automaticamente liga-se ao passado e a tendência natural é comparar a situação atual com outra situação já vivificada, para daí tomar uma decisão.

Na grande maioria das pessoas assentadas poderá ocorrer um choque cultural grande entre o que vivenciaram historicamente e o que se apresenta em termos de organização para a construção do assentamento. Provavelmente, as pessoas entrarão em conflito, quando se apresentar uma situação em que a organização, que é o MST, proponha um novo jeito de organizar os lotes do assentamento, de forma coletiva ou associativa de trabalho.

Esse conflito se apresentará em função do que provavelmente tiveram como experiência, ou seja, uma forma individualizada de trabalho. Além do que é também como a sociedade se apresenta. Aqui, sim, terá que existir um processo de aprendizado com o novo, buscando conhecimentos técnicos e teóricos com experiências de grupos ou organizações que já experimentaram formas coletivas ou associativas de trabalho e convivência.

À medida que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentarem, os camponeses tomarão consciência da realidade existente e do construir de um novo espaço. Aprenderão, certamente, sobre a organização da produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a mãe terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, enfim, sobre uma vida mais sustentável.

Nesse sentido, uma nova construção cultural se apresenta para o camponês que, aos poucos, estruturará uma nova identidade coletiva, a partir do novo espaço territorial

do assentamento. Essa identidade se vinculará a esse lugar e espaço em movimento, e com o que existir nele.

(...) A identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio-espaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. (HAESBAERT, 1997, p. 50).

Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários coletivos, a partir de uma perspectiva interna. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial.

No caso de um assentamento, a constituição desse novo espaço perpassa a construção de sua identidade, quando a maioria das pessoas que moram neste local se identifica, por exemplo, com a organização política que é o Movimento. Assim, passando a compreender como funciona a estrutura sócio-política da organização, suas atitudes irão revelar o sentido da vida do Movimento.

Isso ocorre também quando o coletivo pensa uma estratégia única de organização da produção do assentamento, a viabilização para cada família, como a renda será distribuída. Criam-se, nesse momento, condições para que a coletividade partilhe os seus desejos e desafios, aumentando a cumplicidade do grupo e a identificação com algo. Esses argumentos podem ser referendados pelos estudos realizados por Haesbaert (1999, p. 175):

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre se identificar, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla.

Esse movimento em curso poderá acontecer nessa identificação dos sujeitos com suas próprias origens, tentando encontrar no grupo onde estão inseridos aqueles que são os seus iguais, construindo uma nova identidade diante do próprio coletivo. Nesse caso, existe uma identificação simbólica com suas raízes culturais e com o concreto que são as novas relações com seu coletivo.

Quando as raízes culturais são trazidas para os grupos de famílias assentadas, percebe-se a necessidade de estarem próximas. Na organização do espaço do assentamento, ali se encontram os que se identificam e, aos poucos, o espaço torna-se de seu jeito, na casa, no lote, nas propostas trazidas para o conjunto do assentamento.

O simbólico, nesse caso, é forte, e pode ser percebido desde o jeito de cada origem cultural sentar em roda para tomar o chimarrão, e como acontece o ritual de seu preparo, e até o preparo dos alimentos. Há quem cultive sua horta individual, mesmo tendo uma coletiva no assentamento. Qual será o significado desse ato? Ao perguntar se as famílias ainda cultivavam algo em seu lote próximo a sua residência, a resposta vai expressar o que significa esse ato para cada um deles:

Galinha, pomar, horta pega lá na horta, eu não pago nada dos alimentos. Uma vez discutimos que não era para criar. Sempre gostei de criar galinha, ovos, meu porquinho, hoje já tenho. Cada um gosta de ter, cada um é livre para fazer. A carne que pegamos na cooperativa pagamos a preço de custo. Os ovos caipira muitos gostam e a gente vende. É difícil eu pegar ovos no aviário. Até quando vamos trabalhar no mercado, as pessoas pedem lá no mercado. Os da cooperativa hoje também já são caipira, mas não são identificados. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC)

Esse depoimento expressa a necessidade de as pessoas, que estão vivenciando um processo coletivo de produção, ainda cultivarem seus alimentos e criarem seus animais no lote onde fica a sua casa, de forma independente, individualmente.

Uma outra dimensão bastante observável está relacionada à identidade com o território onde os sujeitos estão inseridos, como esclarece Haesbaert (1999), uma identidade sócio-territorial. Quando identificado com o território, o sujeito constrói seus símbolos que passam a ser uma representação simbólica ou concreta que, muitas vezes, ultrapassa a dimensão do território.

Talvez, para os assentados, a identificação com o território passe a construir sua identidade territorial, à medida que sua luta foi intensa por esse pedaço de chão, que passa a ser a sua simbologia e também o sonho transformado em algo concreto, a sua terra. Sendo ela a manifestação de seus desejos pessoais e coletivos, respeitando as duas dimensões e desenvolvendo um processo permanente de solidariedade entre ambos.

Nesse espaço concreto sócio-territorial que é o assentamento, a perspectiva e a esperança residem em transformar aquele sujeito que não se considerava mais incluso na sociedade em sujeito participativo e ativo na sua própria reconstrução, no coletivo ou grupo em que está inserido.

Ao construir esse espaço ele projetará esse novo a partir do seu vivido, do seu contexto histórico e do imaginário social, daquilo que é mais forte em sua história. A sua identidade passa a ser o seu território com suas referências anteriores ou não. Pode, então,

construir realmente o novo a partir da identidade de ser um assentado sem terra e da sua mais nova cidadania.

O jeito de trabalhar é diferente, Mas a gente já pegou o jeito de trabalhar deles, os costumes dos outros? Cada um pegou um pouco. Nosso jeito às vezes eles não sabiam, meu marido tinha comidas que ele nunca tinha comido, minha sogra só fazia as coisas do italiano, ai eu comecei a fazer comida dos brasileiros. Exemplo o pão de milho, nunca tinha comido, hoje ele gosta. Canjica, revirado de feijão, eles aprenderam, eu aprendi deles. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Através do depoimento das pessoas, percebe-se a troca de conhecimentos e de vivências feitas no dia a dia; a mudança necessária para a postura individual e coletiva de cada sujeito para, assim, construir uma identidade que responda para realidade do assentamento.

Nesse sentido é pertinente dizer que todo este processo de construção de afirmar e reafirmar o seu sonho que é a conquista da terra, do seu assentamento, cria no sujeito a sua identidade com aquele ambiente, organizando-o de maneira a resgatar a sua cultura e também estabelecer novos vínculos de relação não só no local, mas também no geral.

4.2 Convívio nos assentamentos

Adentrar no convívio do assentamento coloca-nos frente a frente com a realidade do que é a vida no mesmo. O período em que permaneci desenvolvendo a pesquisa

me permitiu momentos de vivência e percepção das relações estabelecidas entre as famílias e as próprias pessoas.

As realidades são diferenciadas em função da localização dos assentamentos e das origens de cada um. O assentamento Trinta de Maio é formado por famílias que já haviam decidido ir para o mesmo local juntas quando assentadas, pois desde o período do acampamento já formavam núcleos de trabalho, sendo aí o início do processo de identificação entre os mesmos.

Um grupo de famílias desse assentamento possui uma identidade de parentesco, outras construíram laços de amizades, que até hoje ajudam na convivência diária. A origem étnica dessas famílias é diferenciada, sendo constituída por alemães, poloneses, italianos, e caboclos, vindos principalmente da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

A convivência dessas famílias, anterior ao assentamento, acontecia em comunidades do meio rural na sua totalidade. Alguns eram filhos de pequenos agricultores que possuíam um grande número de filhos, cuja terra não seria suficiente para sustentar a todos; outros eram arrendatários, alguns pequenos proprietários, que deixaram a terra para os pais ou irmãos.

Essa relação de comunidade vivenciada anteriormente possibilitou a organização das famílias em agrovila no assentamento Trinta de Maio, onde moravam inicialmente todas as 46 famílias. Entretanto, o fato de algumas famílias não se adaptarem ao processo de cooperação instalado levou-as a construir suas casas na sua própria área de terra.

A saída se deu principalmente por fatores de organização do trabalho, de produção e por questões culturais que, no meu ponto de vista, são históricas.

Ao mesmo tempo em que as pessoas dizem que morar na agrovila ajuda muito no processo de cooperação, nas atividades da cooperativa, no convívio do lazer, nas horas da troca de idéias, no comunicado de qualquer atividade, por outro lado, parece não existir a individualidade de cada família. Alguns depoimentos demonstram essa situação como o que segue: “não dá para falar muito alto aqui em casa, porque a vizinha ouve tudo”. Inclusive aparecem sugestões para que as casas fossem construídas com mais distância uma das outras:

Os lotes foram medidos e sorteados, claro que teve gente que era muito pequeno alguns queriam criar os bichos que tinha lá fora, uma casa do lado da outra num momento não foi fácil, ficava muito perto, mas hoje a gente até aceita assim. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC)

A organização do espaço da agrovila também possibilita melhor deslocamento entre os setores de trabalho e a comunicação entre as famílias. A sua forma, em círculo, permite um espaço grande no centro reservado à área do setor social, escola, campo de futebol, creche, área verde, secretaria da cooperativa e centro comunitário onde se realizam os encontros, as festas, as celebrações religiosas, os casamentos.

Nos depoimentos das pessoas, o que ficou evidente é que aquelas que permaneceram na cooperativa estão com muita atividade em função da estrutura da cooperativa e da sua exigência de trabalho no dia a dia, o que faz com que as pessoas tenham pouco tempo para conviverem juntas, tomarem um chimarrão. Seria a falta de um momento mais descontraído.

Lá fora tem mais tempo para família, se dá para eles irem capinar as três da tarde o importante é eles terminarem o pedaço aquele que eles tem para capinar, já nós aqui é diferente, porque aqui é mais corrido, porque lá o serviço é determinado meses, aqui são o ano todo, porque produzimos de tudo, toda a cultura envolve o tempo todo. Lá eles tiram o tempo para a família, eles vão mais tarde trabalhar, saem mais. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC)

Isso significa, em suas falas, que já não fazem mais o que os seus antepassados faziam. O convívio com os vizinhos acontece muito raramente. Na cultura do camponês, construir um espaço de tempo para tais atividades sempre foi muito importante, e percebo que na cooperativa já não aparece mais como destaque.

O jeito de viver lá de fora e o jeito de viver aqui é diferente, sim é diferente, uma vez aqui se reunia todas as mulheradas, tomar chimarrão comer pipoca, hoje ninguém mais vai, sair numa casa fazer serão, quando alguém dava de aniversário saíamos fazer surpresas comer risoto, hoje ninguém mais faz nada disso cada um fica na sua casa. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC)

A realidade que aparece nas relações entre os membros da família demonstra que não possuem mais um convívio temporal, pois os horários de trabalho e de escola não permitem mais que se encontrem. Alguns acordam muito cedo, iniciando o trabalho imediatamente; para outros o horário é mais tarde; as crianças que vão à escola no assentamento precisam seguir o horário da escola enquanto seus pais, muitas vezes, estão trabalhando; as linhas de produção da cooperativa dificultam o encontro da família, apesar de o espaço ser o mesmo, ou seja, a área do assentamento.

A convivência é muito difícil o pouco tempo entre as pessoas de casa, família, nós sentar toda a família não é fácil. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

As famílias que moram em seus lotes no assentamento Trinta de Maio e que fazem parte da associação, na sua grande maioria, apresentam diferentes realidades. Essas famílias, num total de 19, saíram da agrovila e da cooperativa, e seus depoimentos demonstram outra relação no convívio entre elas. O tempo que o camponês geralmente

reserva para a visita entre as famílias aparece com mais destaque e também como momentos de lazer.

A gente continua assim a se dedicar fez bastante amizade aqui ou em Charqueadas e agora já tem uma amizade muito grande com o pessoal eles vem os domingo pra cá nos aqui em casa é todos domingo que não podemos sair quase sempre cheio de gente do movimento e de Charqueadas que vem, né? (Morador do Assentamento Trinta de Maio - Associação)

Nesse grupo de 19 famílias, ainda é possível encontrar o tempo de descanso para o café da tarde. Aqueles que estão em suas atividades de trabalho, alguns levam o seu lanche e têm o momento de parada durante o trabalho. Essa é a cultura que vem sendo repassada para o camponês pelas gerações anteriores.

A disponibilidade de “entre ajuda” nas famílias é muito grande e isso foi explanado em vários momentos, desde a questão do lazer, do trabalho, da necessidade de atendimento de saúde e cuidado com as crianças. As mulheres dedicam uma parte de seu tempo também para as questões sociais que vão além de sua família e assentamento.

Olha, nós aqui estamos fazendo. As mulheres trabalham juntas. A gente tem associação que estamos agregados ai. Aqui está diferente é mais ajuda entre os vizinhos. Temos um projeto encaminhado pra comprar tratores para as famílias. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – Associação)

Já no assentamento Dezenove de Setembro, no município de Guaíba, encontrei uma realidade bem distinta, visto que os assentados, em sua maioria (29), moram na agrovila onde alguns têm sua casa no próprio lote e outros não. Os demais (08) moram em seus lotes individuais no outro lado da estrada. A agrovila existe porque o início do assentamento foi a partir de uma cooperativa de produção coletiva, inclusive com refeitório coletivo. A posição geográfica dos oito lotes de terra permite que os moradores individuais tenham suas casas

bem próximas, proporcionando um convívio maior entre estas famílias de moradores, inclusive na troca de serviços.

Das famílias que moram na agrovila, algumas têm suas residências na continuidade de seu lote de terra, outras possuem o lote em outra área do assentamento, o que dificulta as atividades de produção. Nesse caso, o convívio maior entre as famílias acontece mais pelo nível de parentesco ou pela procedência do mesmo município, como também pela identidade construída durante o período de acampamento e de assentamento. Registrei em alguns momentos relações de convívio numa dimensão muito maior do que se fosse uma família de descendentes consangüíneos, onde o aprendizado é uma troca constante.

Nesse assentamento, também observei as pessoas com tempo para os minutos de encontro entre as famílias, para a conversa na roda do chimarrão, e nos finais de semana, para os encontros na comunidade. Alguns até destacam que antes do assentamento as atividades nas comunidades eram até diferentes entre os homens e as mulheres, aqui todos participam juntos.

Geralmente quem passou por um processo uma comunidade rural tem todo uma ligação com a comunidade de lazer de festividades e tal aqui a gente conseguem ter uma comunidade, uma relação de convivência. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro)

A realidade vivenciada pelas famílias aos poucos cria um processo onde os camponeses trabalham sua própria identidade, territorializando-se neste lugar o assentamento, e ao mesmo tempo criando uma espacialidade que vai além do assentamento e envolvendo o conjunto do MST.

Conforme afirmado anteriormente, considero esses dois assentamentos pesquisados como sendo três, devido à realidade apresentada no assentamento Trinta de Maio,

cujos membros vivenciaram situações de convivência nas suas comunidades anteriores ao assentamento algumas vezes semelhantes, outras vezes diferentes, evidenciadas a partir de informações históricas e das circunstâncias sociais passadas que se refletem agora no assentamento:

- A grande maioria era formada de filhos de pequenos produtores rurais, com grande número de filhos, cuja terra não dava para sustentar a todos;
- Um número significativo de famílias é constituído por empregados de grandes fazendas de soja da região central e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- Algumas famílias foram expulsas pelos colonos da área indígena de Nonoai;
- No assentamento Dezenove de Setembro as famílias vêm de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, aqui apresentando uma diversidade maior;
- Algumas famílias já moraram no Centro do país como proprietários de terra plantando soja;
- Uma família morou no Estado do Pará onde era proprietária de terras num projeto de colonização;
- As origens étnicas são variadas, com descendentes de africanos, indígenas, alemães, poloneses, italianos, portugueses, russos, espanhóis e também com ocorrência de miscigenação;
- A grande maioria possui experiência de vivência comunitária nas suas comunidades de origem, com a construção de centros comunitários realizados pelas próprias famílias;
- Os credos religiosos são diversificados, apesar de predominar a religião católica;
- Um número significativo de camponeses era sócio do sindicato dos trabalhadores rurais;
- A maioria participou de mobilizações e lutas em relação ao crédito agrícola;

- O fato de virem da mesma comunidade permitiu às famílias se organizarem para acampar juntas;
- Há forte identificação com a Pastoral da Terra, inclusive com alguns participando na sua organização;
- Efetivação de troca de experiências de serviço em período de colheita da safra;
- Há troca de alimentos entre as famílias quando da produção e do cultivo de produtos diferenciados;
- Muitos quando acamparam já eram casados, portanto já se conheciam na comunidade onde nasceram;
- A grande maioria das mulheres é filha de pequenos agricultores e a sua experiência de trabalhar na roça vem desde a infância;
- Um número muito grande de mulheres não foi acampar junto com o marido, ficando na sua comunidade de origem para garantir a alimentação e, na maioria das vezes, ficaram morando com seus familiares.

Apesar de as famílias apresentarem perfis de situações semelhantes que, muitas vezes, têm uma continuidade dentro do assentamento, em alguns momentos isso também parece interferir, provocando o afastamento das próprias famílias. A diferença do outro, em algumas ocasiões, é difícil de ser aceita.

Aqui também podemos citar experiências que mostram as diferenças anteriores existentes que, ao serem transferidas para o assentamento, precisam de um tempo para seu conhecimento e adaptação, como em alguns casos a profunda resistência à mudança.

Em algumas origens que realmente são desbravadores que não tem medo de tocar uma terra de plantar um pedacinho de terra que tem. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

As regiões de origem são um fator de agrupamento entre os iguais no assentamento; a origem étnica é outro fator e traz consigo toda sua raiz cultural e histórica, que, no caso, também aproxima os iguais e afasta os diferentes.

A relação de convivência nos assentamentos demonstra de um lado uma tentativa de superação dos limites que vão aparecendo no processo de construção da comunidade assentada, e de outro, como a experiência mostra, que é possível aceitar a diferença do outro nos mais diferentes níveis.

4.3 A cultura na organização da produção

Na organização da produção encontrei muitos elementos que fizeram constatar a interferência da história de vida do assentado no momento de cultivar a terra e no jeito de o fazer, bem como quais as culturas a serem produzidas. Isso evidencia claramente o que Claval (2001, p. 183-184) expõe:

As configurações culturais não ficam congeladas. Há momentos em que os valores até então aceitos são criticados, porque não correspondem mais aos imperativos da vida econômica ou às necessidades da vida de relações. As técnicas mudaram. Os valores tradicionais convinham bem a um universo rural, onde a vida local predominava. Para estruturar as sociedades ampliadas, fazem-se necessárias outras motivações.

Os assentados, originários de diferentes lugares, com etnias diferenciadas e agora reunidos num mesmo lugar, no momento de iniciar o preparo da terra para a retirada de sua alimentação e também para a produção econômica, misturam os conhecimentos, os jeitos

e a cultura. Nesse momento se inicia uma nova relação na organização do espaço geográfico do assentamento. Como as pessoas tendem a fazer aquilo que elas já conhecem, o confronto com o ambiente novo aqui é inevitável. Num primeiro momento, apareceu em todos os assentamentos pesquisados a tendência a organizar o solo, a fazer o plantio, a cultivar as plantas, a desenvolver a produção pecuária do jeito que já conheciam. Cito algumas colocações dos assentados:

Aqui no início a gente plantou feijão, milho, soja, depois vimos que não dava tudo o que a gente plantava lá “fora”.

A terra aqui é muito cheia de areia a gente não consegue plantar.

Tivemos que procurar até um cantinho de terra aonde a gente podia plantar a mandioca e também a batata doce.

Até para a horta é muito molhado, às vezes bate a “mofadeira” na alface.

Em alguns lugares nem dá para soltar o gado, porquê o pasto não vem.

A gente não planta as frutas, a terra não é boa, também o vento é muito forte, faz já anos que plantei estas frutas e elas não vem, vou continuar teimando até conseguir.

As “miudezas” de casa aqui não dão, quando a gente vai lá fora a gente trás para comer e plantar.

Como gostaria de plantar o que eu plantava, dá saudade.

As vacas eram mais rústicas, o leite era para o consumo e fazer queijo.

O porco a gente matava e dividia a carne entre os vizinhos, vazia a banha, torresmo para nós.

Até algumas flores no jardim não vem, a gente planta e perde tudo.

Os camponeses, ao se referirem ao jeito como querem cultivar a terra, revelam sua necessidade de manter aquilo que já conheciam, seja na produção de leite, seja no cultivo do milho, da soja, dos produtos de subsistência. Nos depoimentos, observa-se que, embora passados 14 anos, ainda essas pessoas não se conformam que certos produtos não podem ser cultivados em função de estarem em outra região geográfica onde as condições físicas necessárias não são mais favoráveis para àquele cultivo tão conhecido.

Esse sentimento é algo que está dentro das pessoas assentadas, pois foram gerações produzindo determinados cultivos e agora não conseguem mais. Parece que fica um sentimento de perda interior muito grande. No sentimento expresso pelas pessoas perpassa uma vontade de retorno para viver daquela maneira.

Lá fora nos produzíamos como agricultor, mas cada um tinha o seu lote. E quando nos entramos aqui, a discussão dentro do movimento era de fazer uma produção coletiva e ai tenta. E ai fica uns sete anos trabalhando. Na verdade a proposta de trabalho é boa, a estratégia que tem este trabalho que nos começamos aqui no assentamento Trinta de Maio é boa, mas eu não sei se foi por que nos fomos acostumados de uma outra forma, em um outro tipo de trabalho que chegou um ponto que nos saímos por fora e viemos pro sonho original que era trabalhar no nosso lote, fazer do nosso jeito. Sem um trabalho totalmente coletivo, que nem aqui que temos varias coisas em que trabalhamos juntos, temos a associação onde há a cooperação, um ajudando o outro, mas cada um faz a partir de seu planejamento familiar. Mas certo ou errado, ta mais ou menos como nos havíamos planejado quando nos entramos na organização. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – Associação 15 de Abril).

Esse depoimento tenta trabalhar a dimensão do retorno ao processo de produção anterior ao assentamento que, mesmo não conseguindo desenvolver os mesmos cultivos em função de a localização geográfica ser diferente, a organização da produção familiar é retomada através da ajuda entre os vizinhos, como nas comunidades de origem, sendo isso muito significativo no contexto pessoal.

Tem gente que ainda não se acostumou e quer voltar a morar lá na sua região, quem sabe até um dia as pessoas podem voltar, ninguém obriga ninguém. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Esse depoimento revela o respeito pela cultura do outro no sentido de não conseguir se acostumar a morar e viver neste processo produtivo e em outra região geográfica que, para eles, é muito diferente. São sentimentos que, às vezes, a racionalidade humana não consegue compreender, é aquilo que está em seu inconsciente.

Outro elemento que aparece tanto no Assentamento Trinta de Maio quanto no Assentamento Dezenove de Setembro é o fato dos camponeses já terem trabalhado como empregados e saberem lidar com máquinas de grande porte. Essa experiência de trabalhar em grandes áreas com máquinas foi transportada para dentro do assentamento. No início do processo, isso levou a divergências de pensamentos para aplicação dos recursos, e também de como organizar a produção.

Nos, pessoal eram uns do lugar outros do outro era tudo espalhado e aí viemos para cá, a única forma de ser assentado era a cooperativa porque o governo exigiu, uma idéia de trabalhar, só que quando nos fomos para prática o troço complicou, porque nós o que nos administremos com a cooperativa que nasce não tinha nada, só tinha mato um banhado e pernilongo nos tinha um monte de criança e coisa junto que veio do acampamento o que nós fizemos o pessoal saía para trabalhar e o dinheiro era colocado no coletivo, era comprada alimentação no coletivo, tudo coletivo, a prioridade era das crianças e depois se sobrasse comida todos comia e quando nos chegemos aqui até pesca era coletiva pessoal saía pescado ou achava tatu que achasse ia para a cozinha alia e repartindo tudo e sempre a prioridade era as crianças, quando que a coisa vai bem e fácil de lucrar. Mas o pessoal ta um ano em cima da terra olhavam pra trás e tava morando no barraco, aí o pessoal começa a se perguntar era pouco valeu a pena, então como é sobra os problemas da cooperativa aí nós com consegui-lo com ficassem trabalhando um ano na e aí começou a vim problemas, um pessoal tinha um jeito de ir trabalhar, outros tinha outra, depois tinha pessoas que trabalhavam na lavoura mas sempre de empregados de outro de Granjeiro, aí pra ti ver no primeiro financiamento que nós peguemos foi comprado um trator, um Grande, que até para granja era grande então foi investido muito mal, aí ouve um descontentamento que o pessoal queria é a vaca de leite, foram voto vencido lá ficaram descontentes e aí o pessoal já como não entrava dinheiro então porque vou trabalhar pessoas não estavam mais dono do troço e aí saiu um grupo de 6 famílias da cooperativa. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

Aqui se apresentam tanto os momentos iniciais de um processo coletivo de produção, como também as dificuldades apresentadas no momento de decidir o que fazer e o que produzir. Esse depoimento revela as diferenças explícitas nas raízes históricas de suas vidas e o não-conhecimento do lugar onde passaram a viver. É necessário conhecer as relações que a natureza nos apresenta diante do ambiente em que vivemos, conforme argumenta Claval (2001, p. 219):

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que

permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia.

Esses conflitos apresentados se manifestaram também pela falta de um acompanhamento técnico do próprio Estado, de uma infra-estrutura mínima necessária, de condições a que foram submetidas essas famílias ao iniciarem o assentamento.

Eu acho que este é o ponto principal que não só eu, mas que outros companheiros que estão dentro da cooperativa e estão lá. Esse é um dos pontos que dentro da produção, não falando da política, deu muita divergência e continua dando e eu acho que este pessoal da cooperativa te um equívoco muito grande por que nos fomos criados e orientados por nossos pais em dar o passo conforme as pernas alcançassem. Então em primeiro lugar nos não conhecíamos a região e mudamos de região. Muda o solo, o clima e um monte de coisas e ai tinha um sonho dentro do movimento naquela época que era de reproduzir o modelo dos fazendeiros, fazer uma grande granja. Mas ai a gente via que nos éramos parte desse pessoal e nos divergíamos e daí não aconteceu isso. De onde nos viemos à tecnologia que nos usávamos era uma tecnologia mais braçal e tem um outro pessoal que ta assentado com nos ai que venho de uma outra região, onde a tecnologia deles era mais avançada, já era com máquina e coisa e ai deu bastante divergência. Porque ai já não se queria criar mais a galinha caipira, o boi e o porquinho, não queria mais fazer a banha, o açúcar de cana, por que lá nós criamos dessa forma. E ai hoje, eu não quero tirar a razão nem deles e nem nossa, por que hoje nos temos uma convivência mais ou menos pacífica. Mas hoje eles têm uma tecnologia que esta inutilizada e na verdade duns três anos pra cá poderia ter sido retomada. Por que a produção que eles produziam não era viável e a uns três anos voltou a ser e eles têm de tudo lá dentro, desde o arado pra lavrar a terra, até o descascador do arroz. E tu vai ver as máquinas, a maior parte deles esta sendo abandonada. Então eu acho que foi dado um passo, não nós aqui, mas a própria organização como um todo teve um sonho muito grande. E os erros acham que é muito mais nosso não conseguimos acompanhar. (Morador do Assentamento Trinta de Maio, Associação).

Os dois depoimentos demonstram a dificuldade enfrentada nos dois assentamentos quanto à falta de infra-estrutura para o início da produção, como também revelam a predominância de idéias de como a produção seria conduzida e a experiência anterior manifestada na vivência da produção. Os dois assentamentos tiveram como ponto de partida um processo produtivo coletivo com a idéia de produzir em larga escala manifestada e concretizada na compra dos implementos agrícolas de grande porte.



FOTO 1 – ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO - ALGUNS ASPECTOS DA INFRA-ESTRUTURA: SALA DE ORDENHA.



FOTO 2 – ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO - INFRA-ESTRUTURA: SILO.
Fonte: BELEDELLI, Senira.
Data: 20/Maio/2005

Também aqui está revelado um outro sistema de produção desenvolvida com tecnologia avançada e cujas culturas de subsistência não estariam no primeiro nível de prioridades. Isso gerou uma inconformidade por parte de algumas famílias expressa a partir das culturas diferentes decorrentes das origens das famílias.

Outra grande dificuldade encontrada na organização da produção foi a falta de conhecimento sobre a região dos assentamentos, pois as áreas dos dois assentamentos apresentam um solo arenoso e grandes áreas de banhado, próprias para o plantio do arroz irrigado. Os camponeses até então não conheciam essa modalidade de cultivo do arroz.

Alguns camponeses até argumentam que seria interessante conhecer antes a área do assentamento e o que se poderia produzir nela, para que tivessem direito de opção pelas áreas onde seriam assentados. Dessa forma, se evitaria a dificuldade de adaptação e o resultado da produção seria mais rápido.

O universo onde vivem os homens, os ecúmenos, é um espaço transformado para responder às necessidades materiais dos grupos e permitir seu funcionamento. Implica a valorização dos recursos e das qualidades próprias dos lugares (...), e a consideração dos condicionantes e dos riscos. Isto necessita conhecimentos, técnicas materiais e a definição de formas adequadas de divisão e de apropriação do espaço. (CLAVAL, 2001, p. 220).

Um comentário feito por um camponês do Assentamento Dezenove de Setembro revela que, no momento em que chegaram, eles sentiram uma sensação tão grande de estar em um lugar abandonado, sem local para a água, mesmo estando em cima de um banhado. Ele disse que, se o caminhão não tivesse partido no momento que haviam descarregado as poucas coisas que trouxeram, todos teriam ido embora junto com o caminhão. Comenta que hoje já aceitam o lugar, embora a situação seja difícil, porque a terra não possui as mesmas características daquela de onde vieram e os jeitos de produzir nela são diferentes.

Aprenderam a conviver com mundo urbano, a ter relação direta de venda com as famílias que moram em bairros pobres que os identificam como colonos e, para eles, isso gera confiança. Essa relação do mercado consumidor (Guaíba e Porto Alegre) com seus produtos traz para as famílias dos camponeses enorme segurança.

Os primeiros anos, segundo o depoimento dos assentados, foram de grande dificuldade, porque esta terra teria que ser preparada para a produção do arroz.

O início foi muito difícil, não conseguia me acostumar a plantar estas coisas. (Morador do Assentamento Trinta de Maio).

Aqui não tinha nada era capim e eucalipto né, mas você sabe passava fome e choravam chorava tipo bicho e não tinha água e a gente ia pegar na Vila e eles não davam água às vezes, e aí a gente juntava e usava da valeta e nós não conhecia essa água; essa água é tóxica e nós não sabia. A gente lavava roupa na valeta de água, tomava banho e também fazia comida. As coisas que a gente fazia com a água ficava tudo preto e duro. As crianças tomavam banho e aí pegava até ferida, foi muito ruim tudo no início. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

A saída encontrada foi à organização de uma horta com o objetivo de produzir para o consumo das famílias e também para a comercialização. No Assentamento Trinta de Maio, foi o que proporcionou às famílias condições para sobreviverem nos anos iniciais. Todavia, foram aparecendo novos limites, porque até então a cultura das hortaliças era para os camponeses, só para o consumo familiar, e a partir dali passa a ser fonte de renda para a sobrevivência das famílias.

O desafio, então, foi aprender um novo jeito para a produção em escala maior para a comercialização cujo benefício seria a manutenção das famílias. Nesse contexto, nasce também o aprendizado para uma agricultura agroecológica, um dos princípios do MST no que se refere à produção agrícola. Aqui se mistura o conhecimento novo com o conhecimento

anterior já acumulado e o que é produzir em maior escala para o mercado e sem usar produtos químicos. Aprenderam também novas tecnologias como a irrigação da horta.

Teve momento que nós deu vontade, mas nós nunca curvou a cabeça nunca são momentos passageiros de dificuldade que muita gente pensa em desistir mais eu acho que não era o momento não era a saída e continuamos trabalhando no entanto então 13 anos agora em dezembro que nós estamos assentados. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

Uma nova relação também aparece, pois a horta é única para todo o Assentamento. Na cooperativa, todos os assentados buscam na horta coletiva desde o tempero até as verduras e hortaliças. No início, foi difícil o fato de não-possuir a sua própria horta. Disso adveio um choque cultural muito grande, porque até então cada um era acostumado a produzir o seu alimento conforme suas necessidades, costumes e épocas. A dificuldade de adaptação a essa nova organização foi vivenciada por muitos anos e, ainda hoje, alguns sentem a necessidade de ter tudo em seu lote, no mesmo local onde a sua residência foi construída.

E, né, fica melhor individual e melhor pra criar os bichinho da gente nem lá no assentamento daí cada um tinha um terreno daí a dificuldade de criar uma galinha, um porco (...). (Morador do Assentamento Trinta de Maio – Associação Quinze de Abril).

Uma outra situação também apresentada pelos sócios da cooperativa diz respeito também a tudo o que se refere às “miudezas” assim chamadas por eles a criação de galinhas, de porco para obtenção da carne e da banha, de vaca de leite. Alguns até argumentavam: “Por que precisamos pegar o leite lá na cooperativa para fazer o nosso queijo? Não é a mesma coisa de a gente ter o próprio”. Senti nessa argumentação a necessidade de as pessoas fazerem as suas próprias coisas; é algo que está em seu âmago, na sua essência.

Sim eu acredito que neste aspecto o entrosamento de uma origem com outro. Tem coisas que tu nunca vai tirar de uma origem. Mas a idéia não é tirar é preservar e construindo. Seria uma nova cultura. (Morador do Assentamento Trinta de Maio).

Como menciona Claval (2001), a cultura está nos gestos, nas atitudes, no fazer da sua vida aquilo que as gerações passadas fizeram, mesmo que venham incorporados novos significados.

Quando me refiro à herança cultural que é muito forte, essa se comprova quando os assentados que saíram da cooperativa imediatamente retomaram a criação de suas galinhas caipiras, suas vacas de leite, a criação de pequenos animais. Isso ocorre tanto com os assentados das Associações, como os do Assentamento Dezenove de Setembro.

Essa retomada do jeito de viver e produzir também acontece com esses produtos, quando o excedente é comercializado para obtenção de fonte de renda. Nos dois assentamentos, observa-se essa realidade e ela se intensifica muito por estar próxima à sede dos municípios. O Assentamento Dezenove de Setembro, de Guaíba, está praticamente na área urbana, facilitando aos camponeses a venda de seus produtos na cidade, como sua procura no próprio assentamento. “A identidade de uma cultura pode assim sobreviver às ameaças do tempo. A sociedade não escapa, entretanto, à história” (CLAVAL, 2001, p.185).

Essa identidade cultural perpassa de geração em geração e por mais que as influências desse mundo capitalista tentem estabelecer outra dimensão à vida, a cultura camponesa vem resistindo em seus valores. As próprias famílias que hoje fazem parte da cooperativa, às vezes, têm uma produção de ovos, galinha e sentem a necessidade de vender o excedente. Aquelas que não o fazem, em seus depoimentos, expressam que gostariam de ter algo produzido em seu pequeno lote para a sua alimentação e também para venda.

Mudou muito, desde o início que chegamos foi tudo diferente, por exemplo, quando carneia um porco, lá na colônia um porco durava dois meses a carne porque congelava, aqui você vai ali e pega uns quilos de carne e depois vai pega mais, carne fresca, aqui não produzimos aquilo aquele salame que fazíamos, lá também tínhamos as vaquinhas fazíamos o queijo, tinha o leite na hora, aqui tem mas temos que buscar todo o dia se queremos leite fresco, e se queremos fazer queijo precisamos ir pegar o leite e fazer o queijo em casa é bem diferente. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Isso para mim é algo que vem da sua história de vida, é uma cultura das pessoas de que precisa ter o que é próprio, por mais que a cooperativa seja sua. Eles são os proprietários e os trabalhadores como também os dirigentes de sua cooperativa, mas existe um sentimento referente àquele que está coordenando e que para eles está comandando e então surge uma certa insegurança de que aquilo não seja seu. Entretanto, essa necessidade de fazer algo em seu próprio pedaço de chão parece que vem de muitos anos, pois é dessa forma que o camponês sente-se enraizado.

Eu achei diferente e não me acostumei com a idéia que foi que nos tive aqui com a idéia de fazer tudo coletivo eu não tenho aquilo assim né, tudo era hora marcada e tu tinha que come tu tinha que pegar e anotar tudo né eu já tava acostumando com a idéia porque tu sempre trabalhou de outro jeito né daí a gente veio pra cá e era assim né e não me acostumei não e fiquemos sete anos ali né saindo dali, pegamos nosso lote daí né. (...). Na da horta, o jeito era assim mesmo é a região né ,só que mais é assim é o negócio que não dá pra criar os bichinho, as nossas galinha. Tem que ser tudo em grupo, né? Daí é ruim pra todo mundo. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – Associação 15 de abril).

Nos depoimentos, tanto dos cooperados, quanto dos assentados individuais isso aparece também como uma necessidade; esse jeito que o camponês carrega consigo é um fator que deveria ter sido levado em conta quando do início da cooperativa. Em alguns relatos, as pessoas revelam que a organização do processo cooperativo deveria ter começado muito lentamente, permitindo primeiro que elas próprias sentissem a necessidade de organizar a produção no coletivo, através de incentivo, para depois organizar em cooperativas.

Esse jeito de tentar organizar a produção na raiz histórica da cultura do camponês parece ser um dos grandes desafios que o MST enfrenta em seus assentamentos. Seria uma tentativa de redesenhar o espaço que hoje existe em uma dimensão que respeitaria a cultura de sua origem, enfrentando a realidade de cada assentamento.

4.4 A cultura e a organização do trabalho

O elemento trabalho está muito presente na vida dos assentados, e é um desafio diário. Uma das coisas que mais presenciei durante o período de convívio nos assentamentos foi à disposição das pessoas para o trabalho.

A cultura do trabalho para o camponês é algo que o faz sentir-se bem realizando suas atividades de convívio com a terra. Entretanto, essas atividades são muito intensas e demandam muita energia do ser humano. “A gente trabalha no pesado”. “A vida da roça não dá folga”. “Aqui não é como na cidade”. Às vezes, o próprio camponês se coloca numa posição de inferioridade diante do trabalho de agricultor por ele executado, reflexo de uma cultura capitalista que apregou com muita intensidade que esse tipo de trabalho é inferior e aqueles que o realizam são pessoas atrasadas.

Aparecem na pesquisa as duas dimensões, a importância do trabalho e o seu significado de dignidade, resgatando o que as pessoas já sabiam fazer e, nesse momento, a contribuição histórica na construção de um país mais justo. A partir do seu trabalho, o

camponês está gerando acesso à alimentação de qualidade e mais barata para os que mais necessitam.

No diálogo com as famílias, percebi que o jeito de lidar com a terra e com o trabalho é diferente em relação às origens étnicas, já que as pessoas se expressam de forma diferenciada até na maneira de trabalhar com a horta, por exemplo. O consumo de determinado tipo de hortaliça entre uma etnia e outra é diferente, porque durante sua vida aprenderam a comer certas espécies e não outras.

Quando nós chegamos aqui tinha negro, polaco, alemão. Então, o primeiro que saiu dali foi um moreno que era o seu Rodolfo que tinha um sistema diferente. Ai depois saiu um polaco ai depois mais um negro. Então eu acho que tem um pouco de influência. (Morador do Assentamento Trinta de Maio).



FOTO 3 – PRODUÇÃO DA HORTA, COPAC. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).
Fonte: BELEDELLI, Senira.
Data: 20/Maio/2005

Nesse depoimento encontrei algumas questões culturais explicitadas pela origem cultural de sua etnia, que ainda não estão superadas em relação ao jeito que cada um traz em sua história de vida. Quando da pergunta em relação a essas diferenças culturais, percebia um certo constrangimento do entrevistado em responder, já que, ao mesmo tempo em que a dificuldade existe, a questão é como aceitá-la e como trabalhar com ela. Essas referências estão muito ligadas ao jeito de o camponês se relacionar com o trabalho e, quando expostas, elas revelam quem mais trabalha e a maneira como o faz.

O assentamento tem pessoas oriundas de 14 municípios do Estado sendo que origem diferente cultura diferente. Tem muita influência até mesmo a questão do trabalho feito assim a origem de cada um tem várias origens têm italiana tem alemão então cada um com seu jeito com sua cultura e... Mas, muita influência a questão de deslanchar o trabalho tocar o barco, mas a gente sempre chega a uma conclusão em reunião tentamos achar uma saída para todo o mundo. Essa questão da origem da nos ares de quem vem de quem chega de ver pode conversar com a pessoa sabe que logo vai perceber quem ele é que origens para levarem frente porque na questão do trabalho nós temos aqui origem italiana que trabalham de sol a sol não tem chuva não tem nada que pára, dia alguns que trabalham, mas não trabalham tanto, mais devagar. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

Olhando para a ancestralidade de cada povo, vislumbra-se um tempo histórico e uma forma de organização de seu espaço. Como nos assentamentos há camponeses que, em sua grande maioria, são do Estado do Rio Grande do Sul, mas pertencentes a diferentes etnias e que vivenciaram diferentes realidades na dimensão do que significa a organização do trabalho, o tempo para o trabalho e para que o trabalho, supõe-se que diferenças culturais profundas estão em cada camponês.

Aqui podemos encontrar o trabalho como uma fonte para aquisição de bens de capital que geraria novos bens, o trabalho na produção de seus bens e consumo para sua subsistência, o trabalho como uma prática para o cuidado e o equilíbrio do que existe na

natureza e dele tirando a sua sobrevivência, enfim são várias as interpretações sobre o porquê dessa natureza humana e seu comportamento.

Se analisarmos sob o ponto de vista das famílias que ainda permanecem na cooperativa, verifica-se que a grande maioria tem uma experiência de trabalho em pequena propriedade e em torno de 85% são descendentes de imigrantes italianos, ou tem na família algum parentesco, existindo, assim, uma identidade entre os mesmos, no jeito de pensar e organizar o trabalho e também no próprio investimento dentro da cooperativa, o que permite que haja mais facilidades e agilização nas decisões tomadas.

Um exemplo que as pessoas explicitaram foi que os primeiros investimentos deveriam ser priorizados na organização da produção, em maior escala possível, em máquinas e estruturas físicas e que as questões sobre moradia fossem discutidas à medida que as residências fossem sendo construídas, conforme é uma fala dos iguais.

Eu acho que muitos trabalhavam em granja não sabiam em que época preparar a lavoura planta o milho tinha a teoria, mas não tem prática aí uns queriam fazer de um jeito era de outro muitas das coisas não deu certo por causa disso mudava as proposta e uns diziam é assim e outros dizia não e ai tu, ti criou na lavoura tu sabe a época certa o meio certo como que vai plantar essa foi dificuldade. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

Esse depoimento refere-se ao período em que o assentamento trabalhava de forma cooperada, espelhando como o cotidiano das pessoas revela as tradições dentro do processo produtivo e as dificuldades apresentadas por uma forma de cooperação e como este procedimento vai se explicitando novamente num outro lugar, num outro tempo/espaço.



FOTO 4 –PRODUÇÃO DE ARROZ, HORTA, AÇUDES. (ASSENTAMENTO DEZENOVE DE SETEMBRO)

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: agosto/2004.

4.5 A cultura e o lazer

Em relação ao lazer, observa-se uma forte tendência entre os camponeses em praticar, em vivenciar as atividades desenvolvidas antes do assentamento. Nos momentos de encontro conjunto da comunidade, com todas as famílias do assentamento, na comemoração de datas de aniversários do assentamento, ou em datas que são referências históricas, também há a participação de pessoas que não são assentadas.

Mais importante ainda são as festas que marcam os tempos da vida coletiva, religiosa ou cívica. Elas são organizadas em datas fixas que correspondem freqüentemente aos grandes momentos dos ciclos cósmicos e aos acontecimentos maiores da vida da cidade. (CLAVAL, 2001, p. 131).

Percebe-se uma necessidade muito grande de manter uma comunidade dentro do assentamento, onde existe a parte do sagrado e do profano, construída a partir da automática mobilização das pessoas. As pessoas cultuam muito o sagrado do contexto da comunidade e também na família e, em alguns momentos, as duas dimensões se misturam.

Sim, nós temos a nossa comunidade onde tem um grupo de catequistas. A catequese continua como era lá fora: a gente celebra datas religiosas, tem um frei que vem celebrar missa uma vez por mês. Aí o pessoal participam como era lá fora. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

A união das famílias em torno das atividades da comunidade praticamente é de 100%, inclusive dividindo tarefas nas construções das áreas, no embelezamento e cuidado do local. O profano aqui está muito presente na alegria na participação das atividades.

Não só do assentamento participa. Mais quando eles chegam todos é bem bonito, promoções. E quando faz festa, aí veio até a gente não conhecido já da vila da cidade, mas é bem bonito aí. E todo mundo ajuda. Quando sai a festa trabalha todo mundo ajuda fazendo e fica coisa mais linda. Quando vem gente de fora, que vem gente, mulher de todos assentamentos que nós conhecemos se abracemos. Todo mundo é irmão, todo mundo é igual. (Morador do Assentamento Dezenove de Setembro).

Essas atividades coletivas desenvolvem entre o grupo uma identidade de pertença àquele lugar e que ali é possível ainda recriar aquilo que haviam vivenciado em suas comunidades do interior, como eles mesmos se referem.



FOTO 5 – CENTRO COMUNITÁRIO. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).



FOTO 6 – ESCOLA (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: 20/Maio/2005

Os jogos de futebol são uma atividade permanente de final de semana entre os homens sem a participação das mulheres, as quais compete apenas assistir ao jogo. As mulheres também promovem encontros entre elas para roda de conversas. Ambos momentos são vivenciados com muito prazer pelas pessoas, pois sentem algo que é de sua origem histórica.

As crianças convivendo nesse ambiente revelam no momento a continuidade da convivência em comunidade, motivo pelo qual elas estão ajudando nessa construção. Nesse sentido, a escola tem um papel importante e, por esse motivo o assentamento reivindica do órgão público um educador que esteja aberto para o conhecimento de sua realidade específica.

Em relação aos jovens, existe uma reclamação porque essas atividades já não fazem parte de sua vida, querem algo que esteja voltado para a vida urbana. Como os assentamentos estão localizados próximos às cidades, os jovens têm um grande convívio com o mundo urbano e, além disso, os que pertencem à COPAC trabalham no supermercado da Cooperativa; por sua vez, os residentes no Assentamento Dezenove de Setembro estão em contato permanente com pessoas do meio urbano, seja devido ao fato de lidarem diretamente com a comercialização dos produtos, seja por estudarem nas escolas urbanas. Deve-se mencionar que nos assentamentos pesquisados não existe o ensino fundamental completo e também o ensino médio, fato que acarreta a convivência dos jovens, por longo período, com outra realidade. Com isso, a participação no lazer da vida urbana já está acontecendo.

O que ocorre é que o jovem acaba trazendo para dentro do assentamento atividades culturais que são características dos jovens urbanos: os tipos de música, outras atividades esportivas, as danças já são diferentes, a linguagem é outra. Cria-se, assim, um novo espaço. Através das entrevistas feitas aos jovens percebe-se que é mais difícil para eles incorporar as atividades culturais que os camponeses têm em sua história de vida, já que grande maioria deles nasceu no assentamento, já num outro período da história de luta do Movimento em que as condições de acesso econômico eram supridas.

Cada um está exposto de uma maneira específica à cultura, recebe-a sob uma forma diferente e com uma dose original de componentes porque não vive na mesma família, cercado das mesmas pessoas, nas mesmas datas e nas mesmas circunstâncias. (CLAVAL, 2001, p. 89)

De acordo com Claval, as experiências na vivência das circunstâncias da vida levam o ser humano a mudar comportamentos, avaliar antigos padrões e acrescentar outros, provocando no ser humano uma transformação, proveniente de fontes de informação que não são mais as mesmas.

Também acontecem, em outras dimensões, atividades voltadas aos aniversários das pessoas da comunidade, onde todos ou somente os vizinhos mais próximos se reúnem para comemorar esse ciclo de vida. Nessas festas, geralmente, existe momento de ressaltar a recuperação de sua vida e a participação no Movimento.

As viagens para rever seus parentes nas diversas cidades de origem também fazem parte do lazer, “fomos passear nos parentes”. Existem também grupos de famílias que se organizam para lazer na praia, “nós organizamos promoções para arrecadar fundos e juntos conseguimos dinheiro para ir para praia”. Nesse caso, congregam-se vários momentos de lazer e organização do convívio no grupo por várias vezes. Esse tipo de atividade vem se

ampliando nos últimos anos, o que evidencia que existe já uma outra necessidade de fazer o lazer.

Através das entrevistas, contata-se que os camponeses expressam o desejo comum de continuar com sua marca nas experiências existentes em suas vidas. No Assentamento Trinta de Maio, a sede de encontro de todos os membros da comunidade é a sede da COPAC, mas hoje já existe um debate sobre a doação de uma área para a construção de um local específico para reunião de todas as famílias e também para outras pessoas que desejarem participar.

4.6 A nova organização da paisagem

Há uma geografia do próprio homem: ela resulta da cultura que lhe foi transmitida bem mais do que de sua herança biológica. (CLAVAL, 2001, p.106).

Ao olhar a nova configuração geográfica dos assentamentos, pode observar e conviver com uma paisagem, que se apresenta em diferentes contextos: a configuração das casas e seus arredores, ou o local da residência; a organização da estrutura física dos equipamentos e construções; o cuidado com a produção; embelezamento do assentamento, até a própria paisagem constituída dos seres humanos que ali vivem. A paisagem traz a marca das culturas e, ao mesmo tempo, a cultura influencia na mudança da própria paisagem que vai sendo constituída.



FOTO 7 – ESPAÇO DA AGROVILA, COPAC. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: 20/Maio/2005

Percebe-se, na constituição da paisagem, a existência de um entrelaçamento entre o que os sujeitos vão aportando do que é seu e do que o próprio Movimento vai sugerindo em sua proposta de organização da paisagem.

A grande maioria das famílias possui uma preocupação em relação às suas residências para que elas possam proporcionar conforto para todos e também estejam bem apresentadas. Algumas casas apresentam jardins com muitas flores, arbustos e árvores frutíferas, e outras possuem o terreno limpo sem uma decoração.



FOTO 8 –DIFERENTES REALIDADES NO ASPECTO MORADIA (ASSENTAMENTO DEZENOVE DE SETEMBRO – MUNICÍPIO DE GUAIBA/RS).

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: Agosto/2004.

Perguntando a algumas pessoas sobre a importância ou não do embelezamento das casas, percebi que para aquelas que já ornamentavam a casa antes de vir ao assentamento esse fato é algo natural, sem isso o “ambiente fica muito triste”; da mesma forma, para aquelas pessoas que não trabalharam essa dimensão é algo sem muita importância e desnecessário. Com isso, é possível encontrar casas em cujos pátios não existe a divisão do espaço para pequenos animais e um ambiente para o próprio espaço do jardim. Os animais circulam livremente e a importância da beleza estética não aparece. Questionadas sobre esse modo de manter o ambiente externo, as pessoas respondem que está bom assim, “a gente sempre teve tudo misturado”, “o pátio tudo assim”, demonstrando a existência de um passado que foi construído assim.

Nessa paisagem do assentamento também há um limite no que se refere à organização do lixo. Algumas famílias não fazem a separação seletiva do lixo, “a gente nunca fez isso”. Embora se observe que o Movimento trabalha muito a questão do lixo e também do embelezamento dos assentamentos, sua importância e valorização, para as pessoas que em seu contexto anterior ao assentamento não lidavam com essa problemática parece difícil de conceber e praticar tal ação.

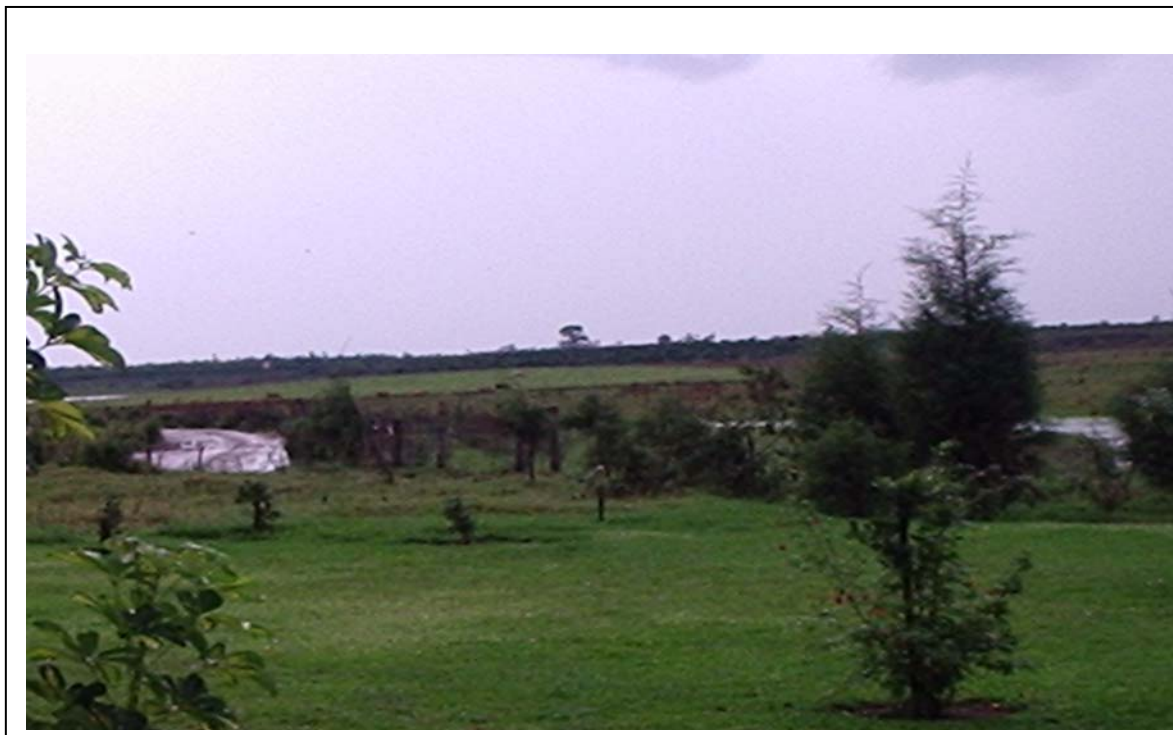


FOTO 9 – ASPECTO DA PAISAGEM DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO (MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS)

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: 20/Maio/2005

Por outro lado, encontramos todo o trabalho no cuidado do que possa ser belo para os camponeses e também para a imagem do assentamento. No depoimento das pessoas encontramos, percebe-se uma grande dedicação no cuidado de suas coisas, a fim de tornar o ambiente o mais parecido possível com aquele em que viviam anteriormente, ou que chamam “lá fora”.

Olha eu sinto muito orgulho aqui de nós do Assentamento de Charqueadas por que é bonito. Tem um pessoal aqui nosso que tem umas desavenças, tem. Mas o pessoal aqui quer trabalhar. Não tem problema nenhum e cuida muito bem para ficar tudo bonito. (Morador do Assentamento Trinta de Maio).

A arquitetura que vai sendo montada na paisagem demonstra um interesse de quem a vai desenhando em seu contexto e em sua harmonia, é o conjunto das idéias e das

ações que aos poucos são colocadas em prática, modificando o espaço que foi encontrado, no caso os assentamentos.

A própria paisagem das pessoas também fala muito nesse contexto, uma vez que as expressões pessoais das pessoas são postas para elas mesmas e sua imagem reflete no conjunto do grupo, da família e do lugar. Se as expressões são de bem estar ou de tristeza o ambiente se encarrega de desenhar essa paisagem. Algumas mulheres, durante a entrevista, manifestaram que, em muitos momentos, têm dificuldade de cuidarem de si próprias, de seu corpo físico e espiritual e que isso se refletia no jeito como se colocavam diante do grupo. O belo em primeiro lugar está no interior da pessoa e, depois, conseqüentemente, passará à paisagem que a cerca.

Pra mim foi tudo diferente. Aqui começamos a trabalhar com máquinas e lá trabalhava muito com boi. A terra daqui é muito diferente da que trabalhava lá fora que era melhor. Aqui já mudou tudo, no início tinha eucalipto quando chegamos e nada mais. (Morador do Assentamento Trinta de Maio).

O contexto da organização da paisagem na produção mudou completamente do que era quando os camponeses chegaram para a constituição do assentamento. O espaço que possuía antes banhados, plantação de eucalipto e algumas cabeças de animais foi transformado em um lugar onde se tentam manter algumas atividades agrícolas de subsistência para o consumo interno. No lugar de plantação de arroz, criação de animais, hoje existe um outro contexto e, provavelmente, daqui a alguns anos também será muito diferente.

A maneira como o camponês se expressa à medida que vai constituindo o lugar de sua existência e compondo a sua nova paisagem introduz elementos que expressam uma cultura de muitos anos. Da mesma forma, desenvolve novas técnicas de acordo com o que o

MST propõe na constituição de uma paisagem e também de acordo com a necessidade da natureza que ali existe.

4.7 A influência da vida urbana nos assentamentos

Esse novo mundo vivido no meio rural identifica quem são os sujeitos que o compõe e também as influências desse próprio meio e do meio urbano, já que esses dois mundos estão muito próximos, mas, em algumas circunstâncias, muito distantes.

A produção existente no meio rural depende da técnica pensada e elaborada nas cidades, que, por seu turno, absorvem e consomem esses produtos. A relação existente entre ambos é muito forte. Como esclarece Queiroz (1978, p. 48),

(...) a “sociedade urbana” é aquela em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico.

Comparativamente, o modo de vida nas cidades será mais evoluído do que no campo, onde a mudança é mais lenta. Os trabalhadores do campo cultivam muito mais do jeito de seus antepassados, tanto na produção como nas relações de trabalho, de acordo com a sua cultura.

A vida urbana é mais dinâmica; as relações entre as pessoas são mais próximas, a troca de informação e de conhecimentos é mais rápida. O acesso aos meios de comunicação é maior. A produção da tecnologia está presente. Por outro lado, também encontramos cidades que possuem uma vida voltada a funções administrativas e políticas, enquanto outras ainda estão em função da produção do campo.

Nessa realidade cidade/campo também se encontra os assentamentos de reforma agrária que experimentam uma outra dinâmica no jeito de organizar esse espaço, em cujo resultado a sociedade moderna está presente.

Quando mencionamos a forma de organizar o espaço do assentamento, a técnica utilizada na produção, a influência das redes de produtos, a relação com o mercado e a comercialização, a utilização dos meios de comunicação mais avançados e o jeito de as pessoas viverem no aspecto social, político e econômico estão presentes, por mais que o Movimento pense a sua proposta nesse contexto.

A racionalidade desenvolvida no assentamento é pensada a partir da estrutura das cidades, a divisão técnica do trabalho em uma agroindústria mostra essa realidade de uma sociedade industrializada. Queiroz (1978, p.63) referenda essa constatação ao escrever que “(...) atualmente, o campo tem lugar numa sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos, isto é, em que a cidade tende cada vez mais a dominar o campo, (...)”

Essa complexidade nas relações entre campo e cidade é tomada pelas experiências novas existentes no que se refere à vida das pessoas no lugar que é o assentamento. Os processos que ocorrem ali passam por uma transformação político-cultural-

social profunda, pois o jeito de viver, de trabalhar, de cuidar da terra já é acrescido de outros conhecimentos produzidos por si próprios através da prática e também desenvolvidos na técnica já elaborada.

Sobre esse assunto, Lefebvre (2002, p.17) esclarece com muita propriedade:

(...) O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (...).

São bastante expressivas essas manifestações de domínio da cidade sobre os assentamentos, no caso dessa pesquisa, já que, em alguns deles, a estrutura da cidade passa para dentro do próprio assentamento, exemplo disso são as agrovilas com toda a infraestrutura de rede de água, de esgoto, de luz elétrica, ou seja, o saneamento básico. Essa estrutura manifesta-se também através das praças de esporte e lazer, dentre outras questões culturais e sociais.

Todavia, gostaria de salientar que, por mais que a vida urbana esteja presente no campo, o jeito característico de ser do camponês se apresenta em alguns detalhes na convivência com as pessoas, na troca existente de solidariedade, no jeito de sua expressão oral, corporal. Quem vive no campo conserva alguns traços típicos desse meio que o tempo da cidade não consegue apagar.



FOTO 10 – ESTUDANTES E MORADORES NA PARADA DE ÔNIBUS PARA DESLOCAMENTO ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS. (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO).

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data: 20/Maio/2005

Outra questão também se refere ao que expõe Lefebvre: (2002), “(...) O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca.(...)”. Nesse caso, a organização da estrutura de gestão do MST nacional, toda a parte administrativa, política, relações com a sociedade, está com sede nas grandes cidades ou capitais dos Estados. Isto torna mais ágil a comunicação interna e externa do próprio Movimento, a circulação e comercialização da produção e o acesso a bens necessários.

Tentando responder às questões propostas e aos desafios sobre a relação do mundo urbano nos assentamentos de reforma agrária do MST, podemos trabalhar as mais

diversas formas de como isso acontece, onde muitas vezes o campo torna-se forte e significativo e em outros momentos o urbano prevalece com mais intensidade.

Por mais que os assentamentos construam uma identidade própria, enfatizando o seu jeito de organizar o seu espaço sócio-cultural, contrapondo-se a uma cultura hegemônica de poder, encontramos, em alguns momentos, a cultura da sociedade moderna enraizada nas pessoas que vivem o cotidiano de um assentamento. Esse trabalho de construção de sua identidade precisa ser visto como um processo histórico de sujeitos que se educam diante dos desafios apontados pelo mundo e por isso em movimento.

No cotidiano do assentamento aparece a interferência do urbano através da introdução de novos hábitos alimentares, como consumo de produtos industrializados compostos de muitas substâncias artificiais que até então não faziam parte da alimentação do camponês; através do hábito de congelamento dos alimentos, facilitando a vida das pessoas, uma vez que o tempo hoje é curto em relação a tudo o que precisa ser realizado. Nas entrevistas, principalmente as mulheres expressam que não conseguem mais dar conta de todos os afazeres domésticos e também do trabalho que desenvolvem na cooperativa.

Na relação cidade-campo, os assentamentos seguem uma tradição agrária de preservar os conhecimentos que o próprio homem do campo passa de geração em geração, mas também encontramos toda uma aplicação da técnica já elaborada pela própria ciência, ou seja, a racionalidade empresarial está presente.

Essa racionalidade é encontrada na cooperativa COPAC na forma como realiza a organização do trabalho e a sua estruturação de mercado, por exemplo. Até mesmo o

supermercado da Cooperativa deixou de priorizar a venda de produtos da reforma instalando todo uma outra lógica comercial visando manter-se no mercado consumidor. Percebe-se nessa atitude a interferência de uma outra rede manifestada pela lógica de mercado.



FOTO 11 – SUPERMERCADO DA COOPERATIVA – COPAC, (ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO – MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS).

Fonte: BELEDELLI, Senira.

Data:20/Maio/2005

Ele mudou sim. Principalmente antes. Desde o tipo de organização e tudo. A forma de organizar cooperado e a forma de trabalhar economia familiar também mudou bastante. Ali se trabalhava três, quatro e poucas atividades. E aqui uma organização é bem mais complexa. E com a instalação do mercado. Então muda a forma de se relacionar. (Morador do Assentamento Trinta de Maio – COPAC).

Nesse depoimento está explicitada a forma complexa de relação de trabalho e convivência estabelecida em relação ao mercado consumidor e que o mundo urbano está numa outra sintonia.

Também é bastante evidenciada a interferência do urbano na vida dos jovens e das crianças do Assentamento, uma vez que essa interferência desencadeia outras necessidades, estabelecendo outros gêneros de vida, conforme esclarece Queiroz (1978). As suas necessidades também passam a ser as mesmas do mundo de consumo que existe no urbano, está tudo ao seu olhar sem fazer muito esforço, oferecendo tudo com muitas facilidades. Uma criança camponesa moradora da cooperativa disse, durante a entrevista, que ela quando grande será modelo, demonstrando já a visão das facilidades do mundo urbano, representado para uma criança como um mundo muito belo sem exigência de muito esforço.

Num outro momento das entrevistas com pais e com jovens, foi citada a necessidade de consumo de aparelho celular, com os jovens fazendo essa disputa diretamente com os pais que, às vezes, sentem-se obrigados a comprar e, com isso, têm de trabalhar mais para manter mais essa despesa, já que, para muitos, está fora de seu alcance.

Essas são apenas algumas contradições já sentidas diante do que é manter uma família vivendo no campo e, principalmente, sendo assentada e pertencente ao movimento social. São desafios que o capitalismo vai lentamente ou ferozmente impondo de forma verticalizada e dominando a estrutura desse espaço geográfico sem, muitas vezes, o próprio Movimento conseguir trabalhar uma outra forma de relação e valores que a sociedade estabelece.

Fica o desafio de acompanharmos esse construir da territorialidade dos assentamentos, à medida que o MST vai tomando a dimensão que tem hoje, e como ocorre a interferência do campo no mundo urbano e também como o urbano irá interferir no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESAFIOS

Ao considerar todo o estudo realizado sobre os assentamentos, a realidade desse contato trouxe-me novos conhecimentos e também me mostrou as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias que saem dos acampamentos para um processo inicial de assentamento. O que acontece é um estágio inicial que pode ser chamado de estágio de miséria. No início do assentamento, os camponeses ainda não possuem casa, continuam morando debaixo de uma lona, a alimentação é precária, os recursos para o plantio de alimentos e o cuidado com a terra demoram muitas vezes a chegar, não existe infra-estrutura básica, tudo é construído com seu suor e com muito sacrifício, realizado pelas suas próprias mãos. As famílias recebem ajuda de seus familiares que ficaram nos municípios de origem, de entidades e do conjunto do próprio Movimento, sendo essa ajuda constituída basicamente de alimentos, direcionados prioritariamente às crianças, pessoas doentes e idosas.

Esse adentrar na territorialização de um novo espaço geográfico é um processo que, às vezes, leva anos. As famílias começam a construir uma outra identidade que não é mais a mesma do acampamento, porque agora existe o objeto concreto e não mais simbólico, o seu sonho, que é a terra.

A identidade em relação a sua terra leva o camponês a estabelecer referências entre si e também com o lugar, que o é objeto concreto – o território do assentamento. A partir de então passa a acontecer a distribuição dos lotes, a construção das casas, a destinação das áreas de produção de alimentos, de lazer, da escola, a área para infra-estrutura, ou seja, os locais para as máquinas, tudo isso começa a mexer nos sentimentos, nos conhecimentos, nos jeitos que cada um dos envolvidos possui para organizar o lugar.

Os assentamentos que foram objeto do presente estudo possuem de existência quinze anos (Assentamento Trinta de Maio) e treze anos (Assentamento Dezenove de Setembro); realidades, culturas, identidades e territorialidades tão próximas e também tão distantes na constituição de seus territórios.

Uma identidade que perpassa ambos assentamentos é a permanência na terra, já que todas as famílias que foram assentadas continuam lá até hoje, na maioria cultivando a terra de uma maneira que as futuras gerações assim possam usufruir com qualidade de vida e dar continuidade com seus filhos.

Existe, entre os camponeses assentados, um trabalho conjunto com o Movimento visando a reconstrução dos cultivos que eram realizados pela sua ancestralidade, tentando trabalhar uma agricultura orgânica numa visão holística de mundo, uma vez que muitos deles já exerceram essa prática com seus pais na sua pequena propriedade. Algumas pessoas, nas entrevistas, referiram que precisariam retomar a prática da agricultura cuidando as fases da lua, porque existe todo um conhecimento sobre a interferência da energia da lua nos tipos de cultivo e seu período de plantio e colheita; isso diria respeito não só à agricultura,

mas ao conjunto da natureza e, principalmente, ao ser humano. Seria a prática dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas.

Outra realidade encontrada é a aproximação, construção da identidade das famílias pelo nível de parentesco ou pela origem de sua região ou também pela mesma etnia. Mesmo as famílias que estão produzindo de forma individual se agrupam, em determinados momentos, para construir a comunidade do assentamento, para as festas, na hora da venda dos produtos, no momento de participação das atividades do MST em âmbito estadual ou nacional, enfim as pessoas possuem necessidade de vivência em grupo.

A questão da etnia na dimensão cultural é um dos grandes desafios a serem trabalhados pelos assentados e pelo próprio Movimento. Existe uma identidade que territorializou dentro dos assentamentos a aproximação das famílias através deste contexto, porque aparece o mesmo jeito de cultivar a terra, os mesmos costumes em torno dos hábitos alimentares, etc. Sobre isso, em alguns depoimentos, era relativamente freqüente o comentário de que o restaurante coletivo que existia na cooperativa foi desativado, porque muitos não estavam mais desfrutando os seus hábitos alimentares, tinham de comer outros sabores, realizados de outra maneira. Então fica o questionamento: como administrar e conviver nessa diversidade?

Ainda dentro dessa questão das etnias, a dificuldade de aceitar o diferente, a opinião do outro no momento dos investimentos na produção, da organização dos lotes, no embelezamento do assentamento, no conhecimento do período agrícola e o que plantar e como plantar e a hora de plantar são diferenças que fazem efeito no momento da organização do conjunto do assentamento.

Por mais que a história de vida de cada sujeito anteriormente ao assentamento estivesse vivenciada no campo, os lugares e as situações das comunidades não eram os mesmos. As famílias tinham cada qual seu contexto histórico: eram semelhantes porque eram camponeses e eram diferentes porque cada sujeito é diferente. Quando iniciam algo na construção do coletivo, no caso aqui a cooperativa, passam por um processo de adaptação e readaptação, revendo conceitos, valores, situações de vida que pareciam cristalizados.

Nesse contexto, deparei-me com situações fortes em que as pessoas abrem mão de seu tempo e de seu prazer por algo em que acreditam e que para elas tem grande significado. Com o objetivo de criar uma outra situação histórica, se colocam em processo de caminhada, cujo resultado depende do grande desafio da coordenação do assentamento e do MST, que é o de pensar e o de caminhar juntos para não perderem o que é essencial da cultura dos povos e, ao mesmo tempo, incluindo o que são os objetivos da reforma agrária neste país.

A constituição do território dos assentamentos enfrenta um mundo globalizado de incentivo à disputa capitalista com valores e cultura diferenciados, um mundo volátil, onde a agilidade faz a diferença no contexto da definição dos territórios. Mas mesmo assim os camponeses pretendem e estão fazendo dos assentamentos territórios onde se possam fixar e reencontrar a cultura camponesa de respeito à natureza e à dignidade humana.

Com certeza é um início de caminho, com plenas possibilidades, mas também com muitas dificuldades. Há o enfrentamento de diferenças que existem tanto no interior dos assentamentos como no seu exterior e como direcionar algumas questões de descontentamento manifestadas em relação ao próprio processo vivenciado hoje.

A partir da pesquisa, para mim fica claro que alguns princípios culturais dos camponeses são tão fortes que precisam ser resguardados e colocados novamente em prática nesse construir de novas territorialidades dentro desse novo território.

Fica evidenciado também que os jeitos de pensar os investimentos dentro da cooperativa e, conseqüentemente, a exigência de uma jornada de trabalho muita elevada está tirando do camponês o que existe de mais sagrado na sua concepção de vida que é a dimensão de um outro tempo, não é o tempo da natureza, mas sim o tempo da máquina, e que eles são seres humanos e desta maneira precisam ser resguardados. Foi unânime nas entrevistas, essa questão sobre o excesso de tempo que é dedicado ao trabalho, impossibilitando às famílias mais tempo para si e entre si.

Vivemos, infelizmente, numa sociedade capitalista que destrói a cultura de solidariedade entre o ser humano e seus povos. No que se refere aos assentamentos, apesar de o MST defender uma sociedade justa com direitos e deveres iguais, os envolvidos precisam ficar firmes na construção de novas territorialidades, sabendo que há um caminho muito longo a percorrer. Desta maneira, os seres humanos que ali estão precisam estar cientes do que querem e buscam, precisam de ajuda para seguirem firmes em princípios culturais que façam desse território espaço livre de opressão entre si e o mundo vigente.

Assim, a ciência que a humanidade construir e a Geografia, principalmente, têm papel fundamental na construção e na configuração da paisagem do território forjada pelos camponeses no lugar que é o assentamento. A reflexão permanece em torno do que se

quer construir para a nossa geração e deixar para as novas. Esse é, sem sobra de dúvida, um grande desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. M. de. **Código filipino ou ordenações de leis do reino de Portugal (1603) recopiladas por mandado do rei D. Philippe I.** Tipografia do Instituto Philomathico: Rio de Janeiro, 1870. 14ª ed.

BOFF, L. **Ecologia mundialização espiritualidade.** São Paulo: Ática, 1993.

BOGO, A. **O MST e a Cultura.** São Paulo: Gráfica e Ed. Peres Ltda, 2000.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária, Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. (II PNRA).** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, DF, 2005. Ed. Especial para o Fórum Social Mundial 2005.

CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária/MPF e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA. Fevereiro, 1999. mimeo, 59p.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). Sistema de Crédito Cooperativo. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 8.** São Paulo: CONCRAB, 1998.

FAO – Relatório sobre a situação sócio-econômica dos assentamentos. **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Brasília, 1993.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, P. C. da C. **Cultura ou Civilização: A renovação de um importante debate.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.

GUATARRI, F. **As três ecologias.** São Paulo: Papirus, 1999.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade.** Niterói: Ed. da UFF, 1997.

_____. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização.** Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, C.P. **Dicionário gramatical, a vírgula.** São Paulo: Ática, 1998. 2ª ed.

MEDEIROS, R. M. V. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D.M.A. (Orgs.). **Rio Grande do Sul, paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 147-162.

MORIN, E. **O Método.** 4. As idéias, Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola, nº 7.** São Paulo: CONCRAB, 1998.

_____. **Agenda MST 2004, 20 anos.** Secretaria Nacional, São Paulo, SP. 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios.** Rio de Janeiro. LTC/USP, 1978.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999.

_____. **Geografia cultural**: Um Século (1). Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000.

_____. **Geografia cultural**: Um Século (2). Rio de Janeiro; Ed. da UERJ, 2000.

_____. **Geografia cultural**: Um Século (3). Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002.

_____. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Ed. da USP, 2002a.

_____. **Por uma outra globalização**, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**, Efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

ANEXO

ROTEIRO SEMIPADRONIZADO PARA O TRABALHO DE CAMPO NOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS.

Na pesquisa de campo no momento da realização das entrevistas utilizei grandes questões direcionadoras que fundamentavam a importância do diálogo com os entrevistados, assim as pessoas ficavam bem à vontade para a conversa. Estas foram às questões:

- 1- A sua relação com a terra, ser agricultor, é desde que período de sua vida?
- 2- A sua família também plantava, trabalhava na terra?
- 3- Qual é sua região de origem, de onde vocês vieram, o que plantavam, como viviam?
- 4- Como era o jeito de vocês cultivar a terra antes da vinda ao assentamento?
- 5- Vocês moravam numa comunidade do meio rural, como era a participação de vocês?
- 6- Como foi a chegada ao assentamento, encontraram muitas dificuldades, o período de acampamento foi grande?
- 7- Como iniciaram o processo de organização do assentamento, como aconteceu a participação do movimento sem terra e dos órgãos de governo?
- 8- Como foi acontecendo a integração entre as famílias, como ocorre a convivência entre vocês?

- 9- Como era o espaço do assentamento: tipo de solo, tipo de produção que havia na área, detalhes do espaço geográfico.
- 10- Existe diferença hoje do espaço assentamento, em relação ao seu início?
- 11- O jeito de cultivar e trabalhar na terra mudou após assentamento?
- 12- Como vocês organizam o processo produtivo do assentamento e de sua propriedade?
- 13- Existe uma observação no ciclo natural para a produção?
- 14- Como o assentamento trabalha a proposta do MST?
- 15- Quais as origens culturais das famílias assentadas?
- 16- Existe diferença na maneira de trabalhar a terra, nas relações sociais e de trabalho, a partir das origens culturais?
- 17- As famílias se aproximam a partir de sua identidade?
- 18- Como acontece a participação na comunidade assentada? Existe uma comunidade constituída?